

Catalisadores Comunitários  
para Economias Transformativas  
ORIENTAÇÕES TEÓRICAS





# Catalisadores Comunitários para Economias Transformativas

## ORIENTAÇÕES TEÓRICAS

Junho 2022



# Índice

1. Introdução . . . . .	3
2. Contexto . . . . .	4
3. A abordagem dos Catalisadores Comunitários para nutrir Economias Transformativas. . . 6	
4. O que são economias transformativas? Uma perspectiva sistémica comunitária	
4.1. A mudança sócio-económica é de dentro para fora . . . . .	9
4.1.1. O ovo veio primeiro	9
4.1.2. A deriva do patriarcado	11
4.1.3. Uma comunidade é a soma de pessoas auto-realizadas e das suas relações	14
4.1.4. As tendências sociais não baseadas na experiência geram hipertrofia	15
4.2. Da aparência à esperança . . . . .	17
4.2.1. O colapso já está aqui, mas está distribuído de forma desigual	17
4.2.2. Das alterações climáticas à emergência climática	18
4.2.3. Transitar como espécie da adolescência para a maturidade	20
4.3. Da sustentabilidade à regeneração económica . . . . .	23
4.3.1. A transformação económica requer crescimento democrático	23
4.3.2. O tamanho importa	24
4.3.3. O poder não é transmitido, é partilhado	26
4.3.4. A liderança envolve todos nós	28
4.3.5. Tecnologias comunitárias	29
4.3.6. A pluralidade de formas é a beleza das Economias Sociais	31
4.3.7. Com gosto pela vida (Não pelo lucro, mas pela vida)	33
4.3.8. A informação é a seiva que atravessa as condutas do poder	34
4.3.9. Diferença + Igualdade = Equidade	37
4.4. Para os seres humanos, a comunidade é o lar . . . . .	38
4.4.1. Comunidades indígenas preservaram a memória	38
4.4.2. Da co-gestão à economia comunitária	39
4.4.3. Actividades informais marginalizadas são um potencial para o mercado social	42
4.4.4. Origem e proximidade geram pertença	43
4.4.5. Reinventar as administrações públicas	44
5. Conclusão . . . . .	46
6. Bibliografia . . . . .	48
7. Lista de Diagramas . . . . .	53
8. Glossário . . . . .	54

# 1. Introdução

Estas linhas orientadoras são o resultado da experiência profissional e da investigação participativa levada a cabo pelo consórcio *Catalisadores Comunitários*. Este consórcio está a trabalhar na aceleração da mudança através do mapeamento de padrões relacionados com a catalisação de processos emergentes e disruptivos a nível da comunidade. Isto centra-se principalmente no *hacking* da crise sistémica e especificamente da violência estrutural que gera nas comunidades, que têm imposto comportamentos específicos que bloqueiam a emergência de padrões comunitários.

Estas diretrizes fornecem a base teórica para as diferentes modalidades de aprendizagem disponíveis na plataforma de *e-learning* [www.catalysts.community](http://www.catalysts.community). Esta plataforma está a ser concebida para se tornar um núcleo digital para que os catalisadores rurais possam aprender e partilhar entre si. Terá pontos de entrada para os utilizadores explorarem os quatro pilares da resiliência, que o *Centro de Resiliência de Estocolmo (CRE)* esboça na sua perspectiva de "bolo de casamento" dos *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* das Nações Unidas: biosfera, sociedade, economia, e governança.

O foco destas linhas orientadoras é o terceiro anel do bolo de casamento do CRE, no qual exploramos os fundamentos teóricos da dinâmica económica das comunidades rurais. A plataforma *e-learning Catalisadores Comunitários* e estas directrizes sobre Economias Transformativas foram desenvolvidas para pessoas empenhadas em gerar e acompanhar mudanças duradouras nas comunidades rurais, para que coletivamente possamos construir um presente e futuro regenerativo e resiliente.

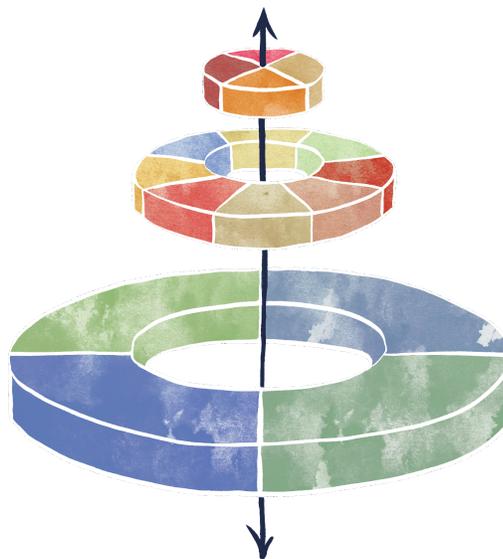


Imagem 01: Bolo de Casamento dos ODS's das Nações Unidas (Dolors Quiles, 2022)

## 2. Contexto

O desenvolvimento da vida na Terra, desde o seu aparecimento há cerca de 3,5 mil milhões de anos, tem sido baseado no confronto com algumas condições extremamente inhóspitas, gerando colectivamente condições mais adequadas para a vida no nosso planeta. Na era pré-cambriana, as condições eram extremas; a radiação solar, os meteoritos, ou a baixa temperatura, limitavam a evolução de organismos mais complexos. Assim, era necessário desenvolver uma atmosfera que regulasse estas condições. Foi um processo lento, no qual uma série de bactérias geradoras de metano e oxigénio começou a evoluir para gerar a homeostase planetária que prevaleceu até aos dias de hoje.

O processo pelo qual temos passado para habitar esta rocha esférica que gira em torno do nosso sol é uma história incrível de desafios e dificuldades, de provações e tribulações, de inícios e finais. Durante esta evolução, tivemos cinco episódios de extinção em massa, onde mais de 50% das espécies desapareceram.

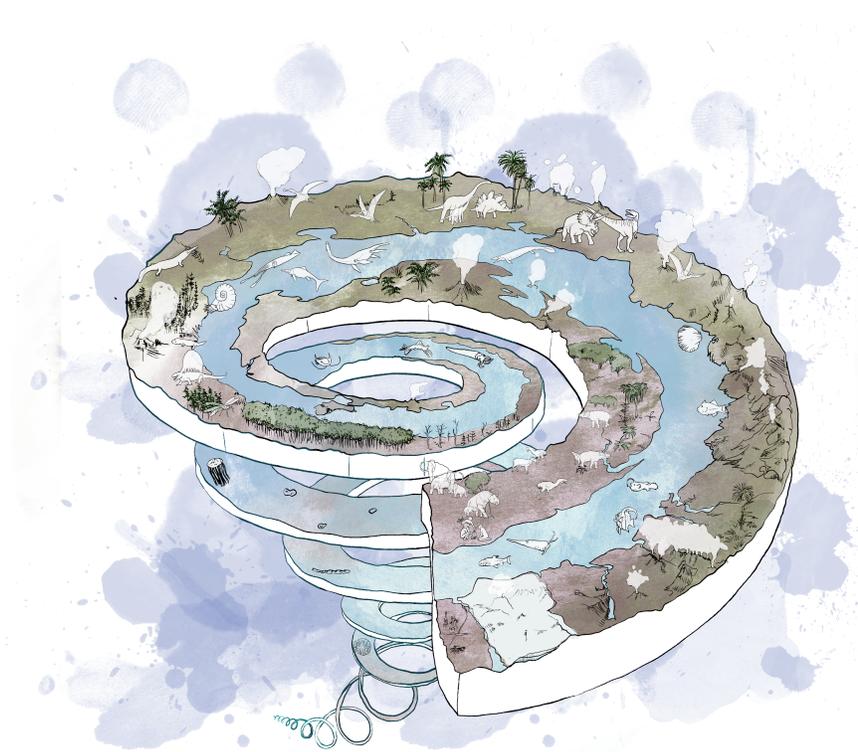


Imagem 02: Espiral Evolutiva (Dolors Quiles , 2022)

A evolução da homeostase planetária tornou possível o aumento da complexidade da biosfera e dos seus organismos. Há inúmeros processos biológicos ou culturais essenciais à nossa vida pessoal e colectiva que levamos a cabo de uma forma total ou parcialmente inconsciente, uma vez que estão profundamente integrados no processo evolutivo. É fácil surpreender-se com os resultados de tais processos evolutivos, com muitos exemplos de adaptações biológicas a condições extremas: rãs de árvores capazes de congelar e descongelar enquanto vivas; formigas do deserto que podem suportar temperaturas superiores a 70 °C; e escaravelhos vermelhos que podem viver a 60 °C abaixo de zero.

O que também cativa a sociedade são os avanços tecnológicos de que a espécie humana é capaz, que é uma expressão do desenvolvimento da inovação e da criatividade que temos como espécie e do potencial que dela deriva. Esta capacidade é herdada do processo evolutivo das nossas culturas, trabalhado ao longo de centenas de gerações. Mas tal como não há estepes gigantescas nas estepes russas, não há desenvolvimento tecnológico numa situação de fome e precariedade. A fertilidade e as condições para a existência de um organismo complexo são sustentadas pelo ecossistema, e isto implica que a promoção da inovação, adaptação e criatividade para gerar propostas humanas complexas, é um desafio sistémico e geracional.

### 3. A Abordagem dos Catalisadores Comunitários para Nutrir Economias Transformativas

Nesta perspectiva evolutiva, o consórcio Catalisadores Comunitários considera o seu trabalho de acordo com um eixo em que num extremo temos complexidade e no outro temos simplicidade. Quando as comunidades avançam para uma maior complexidade, estão a evoluir os seus processos para se adaptarem aos contextos locais e para regenerar a vida. Quando as comunidades avançam para a simplicidade, enfrentam constrangimentos que geram opressão e violência estrutural no sistema, degenerando-o. Estes são processos autopoieticos (Maturana e Varela, 1973), onde a vida cria as condições que determinam a sua evolução. O que significa que quando degeneramos o nosso ambiente, o ambiente degenera-nos, num ciclo de feedback que nos leva ao colapso.



**Imagem 03:** Ilustração simbólica de autopoietica aplicada à escala pessoal ou social coletiva  
(Dolors Quiles, 2022)

*A catalisação comunitária procura acelerar os processos evolutivos das comunidades humanas, em relação aos seus territórios, no sentido de um equilíbrio dinâmico mais complexo. Por conseguinte, o consórcio e plataforma Catalisadores Comunitários como comunidade de*

aprendizagem concentra-se nas condições necessárias para a transformação e não na transformação em si. Se as condições estiverem lá, a transformação acontecerá, e pode manifestar-se de uma infinidade de formas diferentes. Isto poupa-nos a necessidade de controlar o processo, baseando-nos na tentativa e erro dos processos colectivos auto-geridos, que seguem os mesmos padrões que as bactérias Precambrianas. Em processos cíclicos como a evolução, os segredos do futuro, e os desafios do presente, estão enterrados em algumas camadas do passado que definem as causas dos desafios do presente.

Quando nos concentramos nas condições e não nas acções, precisamos de trabalhar com padrões. Ou seja, com a identificação de contextos que tendem a melhorar as acções com qualidades específicas. Por exemplo, em algumas culturas, os pais não tentam controlar as acções dos seus descendentes, mas sim criar as condições para que estes expressem o seu potencial. Por vezes, o caminho a seguir não é tão simples como parece ser no início. Quando os forçamos a seguir o caminho que lhes propomos, os resultados podem não ser os esperados. No caso das comunidades, os processos também precisam de ser emergentes. Quando bloqueamos ou impomos mudanças, estamos a exercer violência estrutural, simplificando a estrutura da comunidade. Quando em vez disso, ouvimos o processo emergente, e posicionamo-nos como um recurso, melhorando as condições contextuais e estruturais, podemos canalizar a evolução das dinâmicas socioculturais.



Imagem 04: Exemplos de linguagem de padrões aplicadas ao design urbano (Imagem: Alexander, 1977)

Esta abordagem sublinha a importância da parte reprodutiva do processo evolutivo: a influência das condições de fertilidade do solo florestal no crescimento da árvore; estrutura familiar e processo educativo de uma criança na sua aprendizagem; condições contextuais e estruturais de uma comunidade na sua evolução.

É por isso que é importante identificar padrões que permitam o processo de mudança numa comunidade. Nestas linhas orientadoras, concentramo-nos nos padrões económicos das comunidades rurais para proporcionar uma forma de traçar um caminho evolutivo em direção a comunidades resilientes. Para iniciar a identificação de padrões, ajuda frequentemente a analisar as raízes filológicas do que estamos a explorar. "Economia" vem da palavra grega oikonomia e refere-se à gestão da família e dos seus bens. De uma perspectiva fratal e comunitária, é significativo identificar os padrões da oikonomia, ou seja, o comportamento que define os nossos sistemas económicos, como por exemplo ser extractivo.

À medida que começamos a explorar os padrões básicos que se deslocam para a catalisação comunitária, através da regeneração das nossas economias, de uma forma enraizada, evolutiva e regenerativa, incorporando padrões económicos disruptivos. Alguns destes padrões são a resolução de conflitos, a responsabilização, a iniciativa pessoal e a cooperação, entre outros. Nesta comunidade de aprendizagem estamos a desenvolver uma linguagem de padrões dentro de um quadro reprodutivo, porque consideramos que é a melhor forma de identificar e catalisar os processos de transformação da comunidade e do território, através da economia.

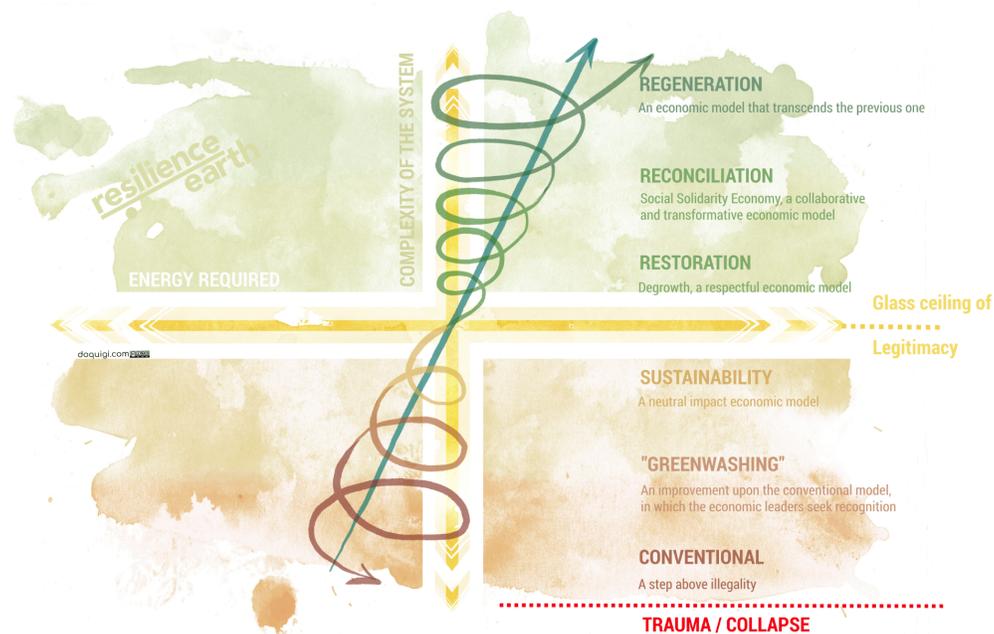


Imagem 05: Espiral Regenerativa (Original Reed, 2010; Adaptado por Resilience.Earth, 2022)

## 4. O que são economias transformativas? Uma perspectiva comunitária sistémica

### 4.1. A mudança sócio-económica é de dentro para fora

#### 4.1.1. O ovo veio primeiro

O que veio primeiro, a galinha ou o ovo? A verdade é que os primeiros ovos que conhecemos apareceram em evolução há 340 milhões de anos, e o aparecimento da primeira galinha ocorreu há apenas 10 mil anos, pelo que definitivamente o ovo veio primeiro, o que é o mesmo que dizer que a produtividade é derivada da reprodutividade.

Condições de vida adequadas são o que permite o aparecimento de organismos específicos, claramente num ciclo iterativo infinito. Em qualquer caso, são as condições de vida que definem em que direcção evoluem, uma vez que são o resultado da interacção de todos os organismos na Terra (homeostase planetária). Ações e produtos em si não definem muito, mas é antes a interacção entre todas as ações e produtos que define as tendências e comportamentos gerais (padrões). A compreensão disto pode permitir-nos recriar as condições para o surgimento de novas ações e produtos com qualidades específicas.

Segundo a teoria marxista, a economia reprodutiva refere-se aos processos iterativos que recriam as condições necessárias para que as atividades económicas ou processos produtivos sejam realizados. Este quadro centra-se na natureza dinâmica de como a economia evolui, em vez de se concentrar no equilíbrio derivado da gestão da oferta e procura de produtos. Ou seja, ao avaliar os processos económicos numa perspectiva reprodutiva, podemos começar a compreender os padrões evolutivos da economia.

A perspectiva reprodutiva desafia a necessidade de crescimento económico. Ao mesmo tempo, questiona que a maior parte do investimento dos lucros da produção vai para a melhoria da eficiência do processo de produção e que esta decisão de investimento é muitas vezes apenas decidida pela gestão.

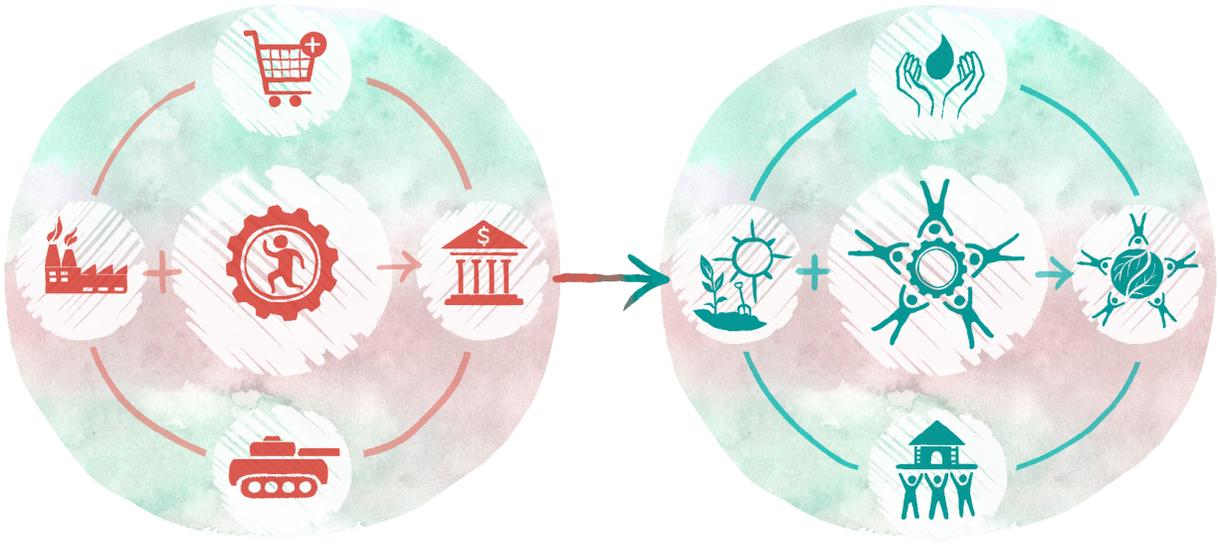


Imagem 06: Perspectivas produtivas e reprodutivas da economia (Dolors Quiles, 2022)

Em vez disso, a perspectiva reprodutiva propõe a democratização do processo de tomada de decisão tanto da produção económica como da reprodução, por exemplo, num quadro de co-gestão público-privada. Também dá prioridade aos investimentos que têm em consideração a qualidade das externalidades do processo de produção. Ou seja, tenta assegurar que a produção económica gere um impacto positivo em vez de um impacto negativo na comunidade e no território, gerando externalidades regenerativas em vez de degenerativas. Um exemplo de uma externalidade degenerativa é a mera quantidade de resíduos importados pelos supermercados para os territórios rurais, especialmente os plásticos de uso único. Um exemplo de uma externalidade regenerativa poderia incluir relações comunitárias que surgem e se desenvolvem nos mercados locais de agricultores entre produtores e consumidores, e que poderiam conduzir a outras sinergias que são positivas para a comunidade.

Quando aprofundamos a discussão para compreender e hackear a violência estrutural, surgem algumas questões como: pode o trabalho necessário ser definido como algo estático? Ou, podemos abordar as necessidades humanas com base em padrões constantes? Marx sempre rejeitou a tendência dos economistas para tratar as necessidades dos trabalhadores como naturalmente determinadas e imutáveis. Como assinala Lebowitz (2003) "Assumir as necessidades como constantes permite destacar o que não é constante, o que varia, o trabalho desnecessário, o produtor de mais-valia, ou seja, a taxa de exploração sofrida pelo trabalhador". Ao afirmar isto, Lebowitz faz uma distinção interessante em relação à mão-de-obra necessária para cobrir as necessidades básicas de subsistência e a mão-de-obra necessária para cobrir as necessidades básicas enquanto indivíduo social.

É importante fazer referência à teoria marxista do valor e compreender bem o que ela nos diz em relação ao trabalho necessário, uma vez que ao fazê-lo nos leva directamente ao centro da mistificação do capital. É essencial revelar a natureza do capital e encorajar os trabalhadores a ir para além do capital. Nas palavras de Harnecker sobre o texto de Lebowitz: "O salário é percebido tanto pelo capitalista como pelos trabalhadores como o preço do trabalho, como o dinheiro pago por uma certa quantidade de trabalho. Fica despercebido que o capitalista apenas paga a mão-de-obra, acreditando em vez disso que toda a mão-de-obra está a ser paga, sem ter em conta as necessidades dos trabalhadores (ou do ecossistema) que gerou os recursos extraídos, necessários para o processo produtivo. Ali reside a base para a mistificação total do capital" (Harnecker, 2005).

A exploração e extracção são ocultas, assim como os processos evolutivos que geram os recursos e a mão-de-obra necessários, e o carácter desta mão-de-obra, seja ela individualizada, colectiva ou cooperativa. Harnecker continua, "Considerando o capitalismo como um todo, os meios de produção são reconhecidos como os produtos de outros membros do colectivo de trabalhadores. Se há um aumento da produtividade como resultado da existência de certos meios de produção, não é, então, um poder intrínseco oculto das coisas, mas sim a actividade dos trabalhadores que produziram este meio de produção. Mais especificamente, este aumento de produtividade resulta da coordenação e cooperação do trabalho social". Por outras palavras, o aumento da produção do processo extractivo a partir da natureza é baseado na exploração das comunidades.

Para mudar esta perspectiva dominante, devemos ter em conta tanto o trabalho produtivo realizado como o trabalho reprodutivo socialmente necessário (isto é, administração, limpeza, cuidado de dependentes, etc.) e os recursos naturais utilizados por estes dois processos. É então que podemos compreender que é essencial para uma força de trabalho descansar, recuperar e reforçar o trabalho dos amanhã, num ambiente em que tenham acesso aos serviços necessários para que tal aconteça. Torna-se então óbvio e necessário dar valor não só às horas que dedicamos ao trabalho produtivo, mas também às horas de trabalho reprodutivo e aos serviços do ecossistema.

#### 4.1.2. A deriva do patriarcado

Por outro lado, deve salientar-se que o trabalho reprodutivo e de cuidados não é o resultado de uma escolha, mas sim de uma atribuição social que não vem acompanhada de um preço. Sendo uma atividade não mercantil, mal se ajusta ao conceito de trabalho assalariado tal como é entendido socialmente. Por não ter um preço atribuído, não há remuneração direta pelo trabalho doméstico e, por conseguinte, é excluído das contas do Estado, e isto é uma consequência de um conceito de trabalho aparentemente neutro e limitado ao campo da produção. Na medida em que estas tarefas reprodutivas, e especialmente as tarefas de

cuidado, não têm um valor estabelecido. Quem puder, e isto deve ser enfatizado, só quem puder, ignora-as.

A única forma de nos tornarmos conscientes do valor que estas tarefas reprodutivas têm, é analisar o tempo que elas levam. O tempo não só é limitado e escasso, e tem um valor importante, como também é construído. Esta construção subjectiva do tempo muda a função da posição que cada pessoa tem na estrutura da comunidade, o seu poder e privilégio. É esta ocupação diferenciada do tempo que irá gerar diferentes consequências nos diferentes campos da vida: pessoal, comunitária e de trabalho.

As consequências mais directas e presentes desta diferente ocupação do tempo reflectem-se nos casos da pandemia covid-19 , onde os dados mostraram uma maior taxa de infecção nas mulheres. Isto não se deveu a um sistema imunitário diferente dos homens, mas sim porque a maior percentagem de pessoas que dedicaram o seu tempo a estar na linha da frente da covid-19 eram mulheres. Como explica Matxalen Legarreta em *La Directa* (Fayos, 2020), na área da saúde pública isto tem sido mais óbvio, mas também nos lares ou nos trabalhos domésticos, onde as mulheres têm um contacto mais directo com as pessoas.

"Esta crise de saúde mostra a importância do trabalho relacionado com o cuidado e a sustentabilidade da vida", diz Castro (2020) também em *La Directa*. Ela acrescenta: "Podemos ver as condições de extrema precariedade e vulnerabilidade social e económica das pessoas que realizam estes trabalhos, remunerados, não remunerados ou de forma normalizada, como nos serviços de saúde". O uso do tempo dedicado ao trabalho reprodutivo e de cuidados de saúde surgiu fortemente durante o encerramento e a sua invisibilidade tornou-se evidente. Podemos falar agora de uma dupla diferença de género: no nível de exposição ao vírus e na carga de trabalho para a sustentabilidade da vida. Georgina Monge (2021) falou deste fosso crescente quando analisou as consequências da anterior crise económica global e alertou para a grave situação a que as mulheres estariam expostas se não fossem tomadas medidas urgentes.

Nesta linha, a economia feminista expõe a realidade de como utilizamos o nosso tempo. Para alcançar resultados empíricos, podemos contar com inquéritos sobre o uso do tempo, que têm sido muito úteis para tornar mais visíveis áreas da vida quotidiana largamente não regulamentadas, bem como para destacar as desigualdades de género. Estes tipos de inquéritos têm sido distribuídos à administração pública desde a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, onde foram recomendados aos países membros, a fim de rastrear as Contas Satélites de Produção Doméstica. Através destas contas satélites, o objectivo é poder determinar o valor monetário do trabalho doméstico em relação ao PIB de cada país.

E é também a economia feminista que inicia o debate sobre a necessidade ou não de dar um preço ao trabalho não remunerado. A importância deste trabalho pode ser estabelecida quantitativamente para determinar a melhoria do bem-estar, de acordo com dois modelos: tempo ou dinheiro. E é nesta dicotomia que a sua adequação ou complementaridade de ambos os modelos é considerada. O trabalho reprodutivo não remunerado abre a porta a uma perspectiva qualitativa que aproxima tanto a expansão do bem-estar, como diz Amaya Pérez (2014), "através da geração de uma imensa quantidade de serviços pessoais, as necessidades emocionais e relacionais das vidas das pessoas são cobertas". Se nos centrarmos apenas na perspectiva do mercado, ficamos limitados à sua visão de uma pessoa abstracta. Não conseguiremos ver os sujeitos com todas as suas particularidades e diferenças ao levar vidas significativas. No campo do mercado, nem todas as vidas contribuem com o valor necessário para o desenvolvimento de todas as dimensões da vida que uma pessoa necessita para viver uma vida significativa.



**Imagem 07:** Árvore meio viva representando os valores necessários para prosperar (Dolors Quiles, 2022)

Pérez adverte para não idealizar a esfera reprodutiva como se neste campo não houvesse desigualdades ou violência estrutural, "...nem todas as tarefas nesta esfera são essenciais para

sustentar a vida e podem mesmo ser mecanismos de controlo. Manter o lar excessivamente limpo é claramente desnecessário para sustentar a vida, mas é essencial subjugar as mulheres ao ideal de anjo do lar".

Na mesma lógica de mercado, os comportamentos sociais das pessoas são afastados da sustentabilidade das suas vidas. Seja voluntariamente, delegando cuidados diários a terceiros, de modo a avançar no desenvolvimento profissional, ou porque o mercado de trabalho exige total disponibilidade e não deixa tempo para mais nada, Pérez continua, "Sem cuidadores, não pode haver pessoas a ir ao mercado ou a qualquer outro lugar. Não se trata apenas de esconder uma área chave da atividade socioeconómica, mas de impor um modelo vital de auto-suficiência, que não pode ser universal, pois só se mantém escondendo as dependências e as pessoas que as resolvem. Este discurso violento criado pelo paradigma do patriarcado é a base de um sistema socioeconómico em que a vida é posta ao serviço da acumulação de capital. A auto-suficiência é uma quimera, cuja violência vemos no funcionamento dos cuidados, nas suas crises e na injustiça das cadeias globais de cuidados".

#### 4.1.3. Uma comunidade é a soma de pessoas auto-realizadas e das suas relações

É necessário determinar as necessidades inerentes aos seres humanos, especialmente as que permitem a reprodução da vida. Igualmente necessário é saber como trabalhar com eles, a sua importância e os conflitos que geram. Na secção 4 sobre padrões evolutivos das Linhas Orientadoras para Catalisadores Comunitários de Desenvolvimento Regenerativo, abordamos a importância de estratificar o desenvolvimento humano de acordo com as suas necessidades. Maslow descreve esta escala de necessidades como um modelo de cinco níveis: os primeiros quatro níveis podem ser agrupados como necessidades de défice; ele chamou ao nível mais elevado auto-realização, motivação para o crescimento, ou necessidade de o ser.

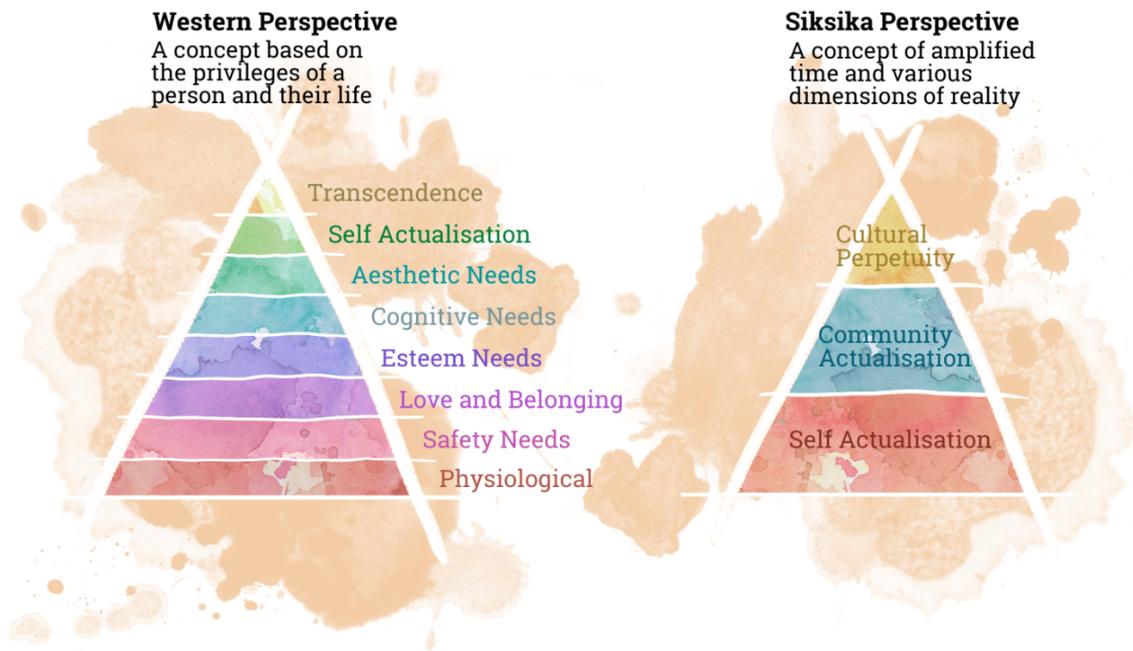


Imagem 08: Triângulo de Maslow e Siksika (adaptado por Resilience Earth, por Dolors Quiles 2022)

A ideia básica é que as necessidades mais elevadas só são atendidas quando as necessidades mais baixas tiverem sido satisfeitas. De acordo com a hierarquia de necessidades de Maslow (como ele interpretou o teepee do desenvolvimento comunitário pela nação indígena Siksika), temos necessidades diferentes que são escaladas desde as necessidades básicas até um processo de auto-realização. As necessidades fisiológicas básicas asseguram a homeostase do indivíduo (referindo-se à sobrevivência): respirar, beber água (hidratar) e alimentar-se; dormir (descansar) e eliminar resíduos corporais; evitar a dor; manter a temperatura corporal, numa atmosfera quente ou com roupa.

Depois destas vêm as necessidades de segurança e protecção, que surgem quando as necessidades fisiológicas são satisfeitas: segurança física (garantir a integridade do nosso próprio corpo) e saúde (garantir o bom funcionamento do corpo), necessidade de segurança dos recursos (casa, dinheiro, carro, etc.), necessidade de habitação (protecção).

Uma vez satisfeitas, surgem necessidades sociais (filiação), aquelas relacionadas com a nossa natureza social; função da relação (amizade, parceiro, colegas ou família); e aceitação social. E logo abaixo da auto-realização está a necessidade de auto-estima; tanto a alta estima que se refere ao auto-respeito como a baixa estima que se refere ao respeito dos outros.

Finalmente, a necessidade de auto-realização, que Maslow nomeou de várias maneiras, é a necessidade que dá sentido à vida através do desenvolvimento potencial de uma atividade e não em reação a um sistema externo, e por isso pode ser mais criativa. Esta só é alcançada quando o resto é satisfeito, ou pelo menos até um certo grau.

Face à actual crise sistémica (necessidades físicas não satisfeitas; perda de amizades, conexões; economia instável; saúde afectada), o facto de se habitarem comunidades torna-se uma medida preventiva para não descer tantos degraus na hierarquia das necessidades. A comunidade ajuda a manter as condições para satisfazer as nossas necessidades mais elevadas. Isto permite-nos agir a partir de nós próprios e não apenas em reacção a um contexto externo, e assim, ser mais autênticos e criativos. Com isto, estamos a falar de ser mais permeáveis à violência do sistema; a empatia é essencial e a raiva empodera-nos e fortalece-nos, mas ficarmos presos à raiva limita-nos.

Processos semelhantes ocorrem dentro das comunidades, e podem mesmo ser paralelos aos que lhes chegam do exterior, à escala regional ou continental. Portanto, é importante adquirir competências, técnicas e ferramentas que nos permitam trabalhar em profundidade sobre estes padrões. É essencial criar condições para um desenvolvimento satisfatório dos processos vividos dentro de grupos, desenvolvendo padrões reprodutivos de carácter regenerativo. As pessoas só começam a ser capazes de manter relações recíprocas quando ultrapassam os quatro níveis deficitários, e têm a motivação de o ser, o que implica devolver à biosfera e à comunidade o que eles lhe deram para se tornar quem é.

#### 4.1.4. As tendências sociais não baseadas na experiência geram hipertrofia

O processo evolutivo de um indivíduo ao longo da hierarquia das necessidades depende do cuidado, entendido como o cuidado do bem-estar. Amaya Pérez Orozco (Pérez, 2014), explica como o conceito está agora num processo de hipertrofia, implicando que, hoje em dia, cuidar pode significar quase tudo. Infelizmente, quando um conceito se torna tão difundido, acaba por se tornar nada e não significa nada. Como resultado, é impossível transformar a prestação de cuidados em algo específico, o que torna difícil criar exigências, tais como políticas públicas ou ferramentas específicas, para as cultivar. Ao mesmo tempo, a idealização da prestação de cuidados é também criticada, especialmente no contexto dos actuais processos de mercado, que a mercantilizam, associando-a a um padrão natural de feminilidade.

Posteriormente, falamos de reprodução social, um conceito mais amplo que se refere à manutenção e reprodução da vida. Primeiro o termo era trabalho doméstico, depois o trabalho domiciliário foi preferido, mas estes dois termos delimitam um espaço que não é real. Este tipo de trabalho, tradicionalmente realizado por mulheres, é realizado em grande parte no interior da casa. No entanto, no momento em que as mulheres saem para o mercado ou vão buscar as

crianças à escola, a ação decorre no espaço público e envolve socializar com as pessoas; com a mulher médica, com a mulher professora. Por conseguinte, foi necessário incluir uma dimensão ligeiramente mais ampla, pelo que começámos a falar de trabalho reprodutivo.

Mas o uso do termo trabalho reprodutivo parecia referir-se ao acto de repetir a mesma acção permanentemente, e isso não é correcto. O trabalho de cuidado vai muito além da repetição mecânica das ações. Talvez limpar o pó seja mecânico; independentemente disso, cozinhar não é e os afectos, definitivamente, estão longe de o ser. Assim, surgiu toda uma outra corrente argumentando que, quando falamos de trabalho reprodutivo, implicamos que todo o trabalho pode ser comodificado, e isso também é incorreto.

Grandes partes do trabalho reprodutivo podem ser externalizadas e levadas para o mercado ou espaço público, mas há uma parte que não pode ser. O cuidado e o afecto têm um grande potencial revolucionário, porque escapam à lógica do mercado e porque é trabalho que tem sido feito por mulheres. Isto ajuda-nos a compreender que o conceito de economia deve ser mais amplo e mais abrangente, para incluir a sustentabilidade da vida. Mas não é apenas a sustentabilidade da vida, há ainda mais trabalho envolvido. E foi assim que o termo se reduziu a: reprodução social.

A reprodução social engloba todo o trabalho que gera e recria pessoas. O trabalho que as gera, permite que estejam vivas e continuem a viver e a reproduzir-se. Este é o nível central de uma economia regenerativa, que torna possível às pessoas de uma comunidade permanecerem no topo da pirâmide de Maslow e, dessa forma, deixarem de reagir à violência estrutural e, em vez disso, fornecerem valor recíproco à comunidade a que pertencem. Gerando assim um ciclo virtuoso para o crescimento da complexidade e, conseqüentemente, aumentando a regeneração e a resiliência da comunidade.



Imagem 09: Espiral Ascendente (Dolors Quiles, 2022)

## 4.2. Da aparência à esperança

### 4.2.1. O colapso já está aqui, mas está distribuído de forma desigual

Dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao Livro Branco sobre Crescimento, Produtividade e Emprego da União Europeia (DATA) e à criação do Projecto Cidades Europeias Sustentáveis, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos - Habitat III ou a Cimeira COP26 em Glasgow, encontramos três premissas claramente enunciadas. Em primeiro lugar, vivemos numa emergência climática que requer ações profundas e urgentes, tanto no domínio político como económico. Em segundo lugar, esta situação está intimamente relacionada com o modelo de produção, distribuição e consumo global devido às crescentes exigências de energia e recursos naturais. E, em terceiro lugar, este modelo e os seus impactos têm um efeito desigual sobre as populações e países à escala global (tanto no campo socioeconómico como geográfico) que deve ser tido em conta ao propor as transformações necessárias.

De acordo com estas premissas, organizações de direitos humanos, ambientalistas, sindicatos e académicos de todo o mundo levantaram a necessidade de uma mudança de paradigma. Isto é necessário tanto para a concepção de novas políticas urbanas e económicas que

contribuam para transformar o modelo de produção, distribuição e consumo, como para a análise crítica do modelo atual e o cálculo dos seus impactos no clima e na qualidade de vida das pessoas.

A este respeito, a Relatora Especial da ONU sobre o Direito à Habitação, Raquel Rolnik (DATA), observa que "o modelo atual não tem capacidade para responder à crise ambiental, social e política". Na sua opinião, baseia-se na "utopia do crescimento ilimitado e da toxicidade". Numa entrevista com Crític, Rolnik aponta também para o facto de o Socialismo do século XIX se basear na mesma lógica. Ela considera que propostas como o decrescimento, a agroecologia, ou outras propostas na agenda ecosocial, nos ajudam a repensar a forma como nos relacionamos com o planeta. Esta abordagem é também defendida por Nancy Fraser, que defende que para além da contradição capital-laboral, que historicamente definiu a análise na economia crítica, outras condições substantivas do capitalismo devem ser tidas em conta; como a sua relação extractiva com a natureza, a relação produção versus reprodução, e a conceptualização e relação entre as esferas privada e pública.

Nesta perspectiva de análise, o professor associado e técnico em desenvolvimento sustentável da UAB na Generalitat de Catalunya, Roc Padró, aponta para a necessidade de avançar para uma ecologia que não seja conservacionista mas social; adoptando uma abordagem reprodutiva. Para tal, de acordo com Padró, é necessário romper com as âncoras psicológicas de crescimento infinito, necessidades humanas ilimitadas e tecno-optimismo (economia verde) para avançar em direção a uma transição ecosocial. O que Kate Raworth define como "um longo processo (não linear) de mudanças profundas e integrais no nosso sistema socioeconómico, cultural e político". Uma vez este processo de mudança de paradigma, podemos gerar um desenvolvimento dentro dos limites do planeta e que sustenta a vida da humanidade, ou seja, o espaço seguro e justo para a humanidade", onde começamos a desenvolver uma perspectiva regenerativa, deixar de pensar na humanidade e começar a pensar na biosfera, assumir a responsabilidade pela nossa própria evolução e compreender melhor o nosso papel e co-responsabilidade pelo futuro da vida na Terra.

É por isso que é importante compreender que se os cuidados vão para o coração da economia, a biosfera vai para o coração dos cuidados, porque o planeta é o ecossistema reprodutivo que cria as condições para a nossa existência. Todas as espécies com que vivemos foram tornadas em grande parte invisíveis, apesar de fornecerem oxigénio, água, alimentos e absolutamente tudo o que precisamos para viver na Terra. A sua força de trabalho é inestimável, e tê-los em conta e co-criar novos futuros em conjunto chama-se regeneração

## 4.2.2. Das alterações climáticas à emergência climática

O resumo do Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas 2021, afirma que já estamos imersos nas alterações climáticas e que isto é irreversível. Acrescentando que o que está agora em jogo é ou a transformação ou o colapso. Uma situação para a qual apenas dá uma margem de acção de doze anos. Este relatório e outros semelhantes foram preparados pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas e promovidos pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) por cientistas de 195 países. Eles salientam que houve recentemente uma mudança de narrativa de Mudança Climática para Emergência Climática. Este documento é um resumo dos principais avanços na ciência climática, especificamente avanços na compreensão da dinâmica climática, o estado actual do clima, a avaliação da influência humana, e consequências previsíveis.

Este relatório constituirá a base para o trabalho dos outros grupos do IPCC, que apresentaram o sexto relatório de revisão climática em Fevereiro de 2022. Relatórios que têm advertido, mais categoricamente de cada vez, sobre as terríveis consequências das alterações climáticas. O último relatório adverte que "as decisões que a sociedade toma agora irão determinar se a nossa espécie prospera ou simplesmente sobrevive à medida que o século XXI se desenrola", a diferença entre os quatro níveis de défice de Maslow e o quinto de motivação. Temos de decidir se queremos ser indivíduos numa sociedade humana, ou comunidades humanas dentro da biosfera.

O resumo do IPCC adverte com grande preocupação como estão a ser ativados processos de degradação planetária que irão acelerar as alterações climáticas e fazer-nos ir além dos pontos de não retorno. O relatório delinea cinco cenários concebidos para ilustrar caminhos plausíveis através dos quais o aumento da temperatura e as emissões de dióxido de carbono podem desenvolver-se. Em todos os cenários, desde o cenário com mais emissões, onde os seres humanos pouco fazem para alterar o seu comportamento atual, até à alternativa mais drástica, onde os seres humanos atuam com urgência, as temperaturas irão provavelmente aumentar 1,5 °C durante as próximas duas décadas. Isto é o resultado de um facto simples: o aquecimento que estamos a experimentar hoje é o resultado de emissões de décadas atrás e sofreremos as emissões de hoje dentro de duas décadas. Portanto, daqui em diante, as situações divergem significativamente.

Se os seres humanos agirem com urgência, as temperaturas atingirão um pico e depois cairão, ajudando a estabilizar o planeta e a vida no mesmo. Se permitirmos que as emissões continuem sem controlo, é provável que as temperaturas aumentem mais de 4,4 °C até ao final do século; um nível que tornaria a vida inabitável em grandes áreas do planeta. Segundo Ko Barrett, vice-presidente do IPCC e vice-director de investigação da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA (NOAA), "ainda é possível evitar muitos dos impactos mais

graves". Acrescentando, "mas requer realmente uma mudança transformacional sem precedentes, (...) uma redução rápida e imediata das emissões de gases com efeito de estufa". A este respeito, deve notar-se, embora pareça óbvio, e seja central em todos os relatórios e negociações (políticas), que estas emissões estão intimamente relacionadas com o consumo de combustíveis fósseis, que sustenta o grosso da produção e distribuição das economias estatais e do sistema económico global.



**Imagem 10:** Aquecimento Global da Temperatura (Dolors Quiles, 2022)

É por isso que o relatório afirma, ou exige, que para não exceder o aumento médio de  $1,5^{\circ}$  é necessário reduzir as emissões a zero nos próximos doze anos (a partir da publicação do relatório do Painel de 2008).

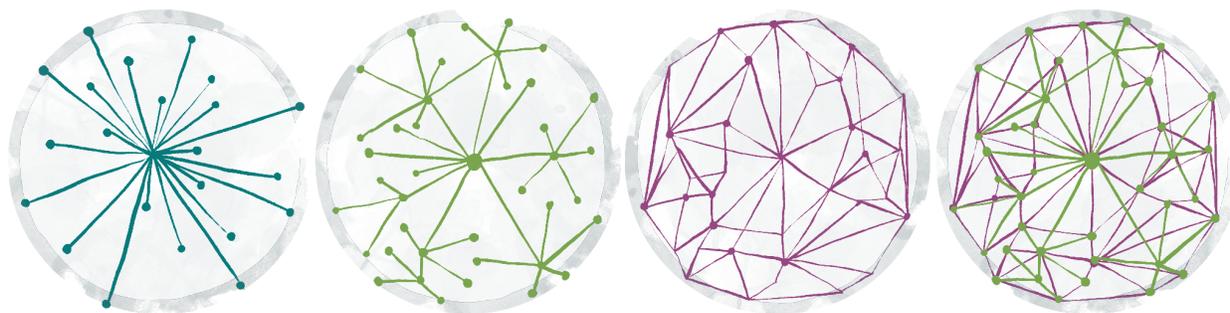
#### 4.2.3. Transição como espécie da adolescência para a maturidade

A mudança de paradigma para uma transição tão marcante vai de uma perspectiva fragmentada e individualizada para uma perspectiva comunitária e territorial. Isto implica uma perspectiva que emerge do diálogo no seio das comunidades e que tem em conta as relações com a terra, onde toda a nossa atividade económica é utilizada para apoiar o território, e está organizada em torno do cuidado.

A Responsabilidade Social das Empresas (RSE) é apenas uma tímida abordagem a uma economia responsável. Passamos de um modelo económico que acumula lucros numa pequena percentagem da população, extraindo recursos da natureza sem assumir responsabilidade por qualquer externalidade ou impacto sobre os serviços ecossistémicos, e explorando a classe trabalhadora, como explicámos no capítulo anterior. A RSE mantém a governação na gestão. Assim, a estratégia territorial definida pela economia apesar de assumir uma percentagem, geralmente mínima, das externalidades do processo produtivo, permanece nas mãos de algumas pessoas que não passaram por qualquer processo democrático.

Há um número crescente de modelos que trabalham sobre a responsabilidade da economia, tais como corporações B, organizações Teal e outras. Todos eles promovem a democratização da governança e a responsabilização por externalidades, e muitos propõem processos de transição de empresas convencionais para empresas responsáveis. Assim, a transição envolve geralmente um processo de cima para baixo, embora haja também organizações que surgem a partir destes modelos que seguem uma abordagem de baixo para cima.

Há também propostas centradas em formatos comunitários, tais como a economia social e solidária (ESS), que está organizada em ecossistemas, de forma muito orgânica e descentralizada, em estruturas emergentes de natureza micelial, com grande diversidade em formas de liderança. Uma economia que transcende a dualidade público-privada, para gerar um modelo de economia comunitária. As propostas da ESS seguem uma abordagem ascendente ou, pelo menos, trabalham na democratização da sua governança interna.



**Imagem 11:** Descentralização e Distribuição (Dolors Quiles, 2022)

Nas cosmovisões indígenas podemos ver como a democratização da economia inclui e está sujeita à vontade do ecossistema natural, uma tecnologia cultural que perdemos como sociedade devido às várias colonizações e violência estrutural. Estes padrões são os que precisamos de recuperar se quisermos inverter o nosso destino.

## 4.3. Da sustentabilidade à regeneração económica

### 4.3.1. A transformação económica requer crescimento democrático

A democracia interna é um dos elementos que caracterizam e definem as actividades económicas que fazem parte das Economias Transformativas. É tão importante para os membros poder participar e assumir o controlo da atividade como é partilhar a propriedade do projecto. Um sem o outro irá minar o sentimento de pertença dos membros e enfraquecer o potencial de transformação.

Para realizar a democracia interna, são necessárias uma série de estruturas e mecanismos bem estabelecidos e consentidos pela comunidade que permitam a máxima participação. Se estas estruturas não existirem, uma estrutura jurídica definida dentro da Economia Social e Solidária e concebida para promover a participação dos membros tanto quanto possível, pode transitar lentamente, mas inexoravelmente, para uma estrutura mais simples, como o modelo empresarial convencional. (Secção 4: Padrões Evolutivos, Orientações dos Catalisadores Comunitários para o Desenvolvimento Regenerativo).

Um membro da organização só demonstrará o seu mais alto nível de cumplicidade com o projecto se estiver envolvido e se a sua voz for de importância significativa na tomada de decisões relativas às suas responsabilidades. Por conseguinte, o poder deve ser distribuído dentro da iniciativa de forma equitativa, ou seja, aplicando o princípio da subsidiariedade, distribuindo a tomada de decisões com base nas implicações do assunto em questão, seja ela pessoal, envolvendo o grupo, a organização ou a comunidade, e incluindo todas as vozes relevantes no processo. (Secção 2.3: No final, verifica-se que as pessoas não eram preguiçosas, Directrizes dos Catalisadores Comunitários para o Desenvolvimento Regenerativo).



**Imagem 12:** *XYZ Theory*. A visão mais comum do mundo "as pessoas são preguiçosas e não se importam", representa sistemas hierárquicos tradicionais baseados no controle (Dolors Quiles, 2022)

Existem diferentes estruturas organizacionais, tanto para empresas como para comunidades. Se passarmos de simples para complexas seguindo a espiral regenerativa (Secção 4: Padrões Evolutivos, Manual de Catalisadores Comunitários para o Desenvolvimento Regenerativo), notaremos que podemos ter estruturas: extremamente verticais como uma ditadura; mais representativas como as pirâmides das democracias sociais; horizontais como as assembleias populares; descentralizadas como organizações planas; ou distribuídas como ecossistemas de ESS.

Cada uma destas estruturas comporta-se de forma diferente, quanto mais complexa for a estrutura, mais complexo será o seu comportamento e, portanto, mais capaz de gerar padrões democráticos inclusivos e resilientes. Ao mesmo tempo, as estruturas complexas têm a capacidade de se comportar como estruturas simples quando conveniente, o que não acontece ao contrário. Por exemplo, uma estrutura distribuída pode comportar-se como uma estrutura vertical numa emergência, quando é necessária uma liderança clara e definida. E pode também comportar-se horizontalmente quando é necessário discutir questões importantes para a organização ou comunidade. Assim, para fazer evoluir a economia para uma economia transformadora, precisamos de a transformar internamente.

### 4.3.2. O tamanho importa

Muitas iniciativas da Economia Social e Solidária são de pequena dimensão, uma vez que o seu padrão de crescimento é de natureza ecossistémica, o que promove e facilita a democracia

interna, e aumenta a sua resiliência. Contudo, quando atingem uma dimensão considerável, os processos de participação podem ser afectados, a menos que sejam adoptadas estruturas internas de governação distribuída, como proposto por Federic Laloux, imitando estruturas ecossistémicas, como algumas multinacionais ou grandes empresas como a Buurtzorg. We-Q ou Sun Hydraulics fazem-no. Estas não atingem os níveis democráticos dos ecossistemas de ESS, mas são surpreendentemente elevadas para empresas de tal magnitude.

A principal diferença entre uma organização grande, descentralizada e distribuída, e um ecossistema descentralizado e distribuído de organizações, é uma questão de membranas. Numa grande organização, a membrana mais impermeável encontra-se entre o sistema e o mundo, e ter membranas altamente permeáveis internamente entre as partes de uma mesma organização aumenta a agilidade e eficiência dos processos de produção. Em vez disso, no ecossistema das organizações, a membrana exterior é muito impermeável, pois é a do ecossistema com a sociedade, e as membranas interiores, aquelas que limitam as organizações, são mais definidas. As vantagens deste sistema é que é adaptável, uma vez que a soberania está muito distribuída, assim como a capacidade de gerar propostas disruptivas. Ao mesmo tempo, tem uma relação mais aberta com a comunidade graças à membrana exterior permeável, o que cria a possibilidade de trabalhar de uma perspectiva de economia comunitária. Pode não ser tão eficiente como as grandes organizações, mas é claramente mais adaptativa, resiliente, complexa e enraizada, que são as características de que precisamos para sermos capazes de lidar com a crise sistémica.

Estes tipos de padrões comunitários e organizacionais mais complexos que estão atualmente a ser desenvolvidos não são novos, podemos encontrá-los em todas as comunidades indígenas, das quais podemos aprender padrões emergentes realmente adaptados ao território que assumem todas as externalidades e geram impactos positivos. A diferença é que hoje em dia precisamos de extrapolar estes padrões para redes miceliais digitalizadas que interligam todo o planeta, em estruturas que não estão muito pouco interligadas, onde falta comunicação, tais como pequenas comunidades isoladas, nem demasiado interligadas, onde se tornam rígidas, tais como nas cidades. Por exemplo, uma estrutura territorial rural pode crescer em complexidade, aumentando a resiliência.



Imagem 13: Zona Rural Resiliente (Dolors Quiles, 2022)

### 4.3.3. O poder não é transmitido, é partilhado

O poder é paradoxal, quanto mais o acumulamos menos ele existe, e pelo contrário, quando o distribuimos e partilhamos, mais abundante ele se torna, e aqui poderíamos falar de organizações de líderes. Na ESS há necessidade de controlar e distribuir o poder, embora isto possa ser feito utilizando padrões diferentes. Alguns destes padrões podem ser a rotação de papéis, a geração de sistemas colectivos de avaliação, a geração de indicadores, ou o emprego de avaliadores externos. E para gerir o poder podemos utilizar padrões espaciais de coordenação, tomada de decisões através de consenso nas decisões operacionais, retiros anuais, entre outros. Se poucas pessoas tomarem decisões, a organização tem um poder muito limitado, mas se o poder for distribuído e todos participarem no processo de tomada de decisões, o poder multiplica-se. Mas para que isso aconteça, devemos ser capazes de aceitar o

desacordo, como se a tomada de decisões só acontecesse em espaços colectivos plenários, o processo pode ser horizontal mas não é distribuído nem descentralizado, e limita a gestão do poder devido a uma falta de confiança.

O primeiro passo para aumentar a participação é livrar-se do conceito que alguns membros pensam e decidem, e outros simplesmente agem. Este conceito vertical é contraproducente, uma vez que cria diferenças profissionais e emocionais entre as pessoas e as motiva e desmotiva de forma diferente, dependendo dos seus papéis. A capacidade, ou a facilidade com que o projecto permite às pessoas desenvolverem ambos os papéis, aumentará o seu sentido de pertença, e envolvê-las-á no processo de tomada de decisão.

A participação e o envolvimento de uma parte significativa do grupo na tomada de decisões e desenvolvimento de estratégias representará uma excelente utilização de todas as potencialidades humanas que constituem o projecto e encorajam comportamentos cooperativos. Isto aumentará a eficiência e o bem-estar das pessoas que fazem parte do mesmo, bem como a pluralidade e singularidade das decisões. A participação e o processo decisório devem ter um efeito real e genuíno no curso do projeto, influenciando a organização ou a comunidade. Daí o seu elemento eminentemente cooperativo, que muitas empresas comerciais estão a introduzir nas suas estruturas, pois gera uma melhoria quantificável no bem-estar e produtividade.

A participação no local de trabalho ou em estruturas comunitárias permite aos membros desenvolver as competências e a confiança necessárias para participar na sociedade. As iniciativas no âmbito da Economia Social e Solidária são fóruns onde as pessoas podem aprender a participar nos processos de tomada de decisão. Por sua vez, isto ajuda a desenvolver hábitos de envolvimento político que criam uma união democrática de pessoas iguais e empenhadas que apoiam uma ordem democrática estável. Assim, a participação democrática em entidades garante um maior sucesso nos processos de tomada de decisão empresarial e comunidades mais fortes.

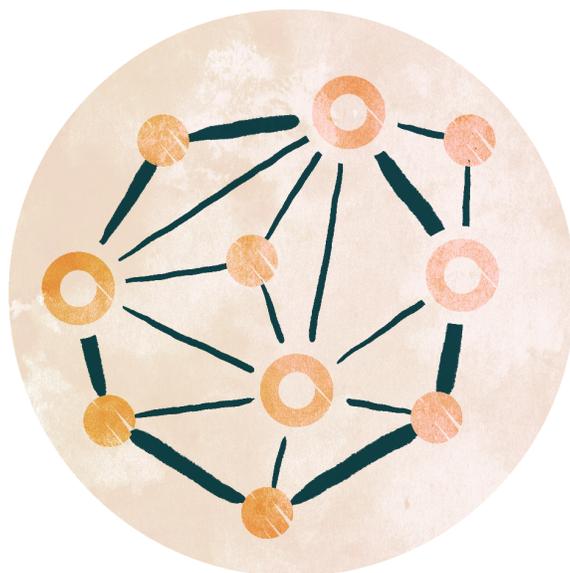


Imagem 14: Poder Descentralizado (Dolors Quiles, 2022)

A participação dos membros deve ser melhorada e reforçada por entidades. Para tal, há várias acções que podem ser realizadas, tais como: recolher e organizar informação sobre diferentes padrões e melhores ideias; identificar tendências negativas ou prejudiciais e criar ferramentas ou técnicas para as melhorar; compilar e tornar acessível informação que demonstre como os diferentes padrões geram sugestões de mudança numa vasta gama de indicadores que incluem, por exemplo, o sucesso financeiro, o envolvimento dos empregados, a relação social e outros; examinar e avaliar os actuais padrões de democracia interna; recolher exemplos de padrões inovadores; promover o teste de abordagens alternativas; e organizar informação.

Como resultado, o organigrama da entidade funcionará como um reflexo da sua vontade democrática e uma expressão de espaços participativos. A partir do momento em que grupos ou comunidades têm precedência sobre indivíduos, dá-se um salto qualitativo na organização. O trabalho de grupo, com espaços de investigação e de tomada de decisões, promove a satisfação e o bem-estar, ao mesmo tempo que reforça a aprendizagem e o empenho, e concede produtos e serviços de melhor qualidade.

Assim, o organigrama terá uma estrutura horizontal, em contraste com a verticalidade característica das empresas comerciais ou outras formas simples de organização. Tal como mencionado, a horizontalidade conduz à auto-organização, o que por sua vez conduz a um aumento da participação e à descentralização e distribuição do poder. À medida que a estrutura horizontal descentraliza e distribui, aumenta a autonomia das pessoas que dela fazem

parte e aprecia a sua diversidade, seja ela cultural, de aprendizagem (dislexia, ADD, Asperger...), de género, ideologias, crenças e outras.

#### 4.3.4. A liderança envolve todos nós

Em projectos de Economia Social e Solidária, especialmente os geridos democraticamente, existe liderança, mas ao contrário das empresas comerciais ou outras formas mais simples, estas formas de liderança são participativas ou abertas. A liderança participativa caracteriza-se por ser como uma via de dois sentidos, em que o líder se inspira primeiro nas pessoas à sua volta, de modo a poder posteriormente influenciar o grupo positivamente. Embora esta forma de liderança seja também aberta, a liderança tradicional tem sido eminentemente patriarcal e autoritária, e tem envolvido comportamentos como a manipulação e a coerção, entre outros. Posteriormente, evoluiu para uma liderança mais empática e incluiu formas tais como coaching, delegação, entre outras. E nas estruturas emergentes, a liderança pode assumir quase todas as formas, desde uma liderança emergente a uma liderança em estados de consciência alterados, ou uma liderança silenciosa.



É importante mencionar que a liderança nestas estruturas democráticas não tem de ser absoluta, o que significa que deve haver líderes diferentes com estilos de liderança diversos em todos os espaços, criando um mosaico de formas de trabalho e de ver a realidade que se complementam umas às outras.

O papel de um líder participativo é modelar e dar um exemplo honesto, consistente e empenhado; iluminar a direcção a seguir, promover táticas e estratégias, e facilitar a entrada de novas contribuições; melhorar as competências, criar espaços para formação e trabalho de grupo e ajudar os outros a atingir os objectivos.

#### 4.3.5. Tecnologias comunitárias

O espaço mais adequado e democrático para discutir questões estratégicas e transcendentais da organização ou comunidade é a assembleia ou qualquer outro espaço plenário. É onde, através de diferentes sistemas de participação, seja uma pessoa - um voto, ou mais sistemas dinâmicos e deliberativos, os membros podem usar as suas vozes e alcançar espaços democráticos. Estes espaços de reunião devem ser devidamente regulamentados e facilitados para evitar que quaisquer vozes sejam omitidas.

Estas assembleias devem servir três objetivos ao mesmo tempo: eficiência, participação democrática, e relações pessoais de cordialidade e cooperação. Neste sentido, há necessidade de uma distribuição racional do tempo de reunião: encontraremos o espaço de abertura, o espaço de inquérito, os espaços de decisão, e o espaço de encerramento e celebração.

Os processos de inquérito são especialmente benéficos para as organizações e comunidades, uma vez que são um local para partilhar conhecimentos e enriquecer-se colectivamente. Estes espaços precisam de ser geridos eficazmente, com ferramentas tais como brainstorming, rondas, fóruns, espaços abertos, ou espaços de trabalho separados.

Para uma gestão adequada dos processos de questionamento, é necessário ter alguém que facilite o processo, favorecendo o fluxo de discussões, promovendo o diálogo e a participação de todas as pessoas. Devem também navegar na tensão, resumir pontos de vista e encorajar um espírito construtivo e positivo do grupo. O facilitador nunca desempenhará um papel de

liderança ou intervirá excessivamente no debate, mas estará tanto fora como dentro, notando os sentimentos do grupo a partir do espaço interno, mas com a perspectiva do que também está a acontecer no espaço externo. O papel do facilitador também requer a manutenção de uma ordem com flexibilidade e ser neutro no debate. Assim, terão de estabelecer regras claras para as discussões e concentrar-se na gestão das emoções durante a assembleia.

O papel do facilitador é importante para fazer fluir as relações dos grupos e para chegar a acordos. Para que o facilitador possa compreender a dinâmica interna, é necessário referir-se às três realidades, descritas por Arnold Mindell (Process mind, 2010), que desempenham um papel essencial no seio do grupo.

Primeiro, há a realidade consensual, que corresponde à realidade que pode ser medida e quantificada e está relacionada com a nossa experiência diária, objectiva e partilhada. Estes são aspectos da realidade sobre os quais todos podemos chegar a consenso, e incluem tudo o que normalmente consideramos ser real e no qual todas as polaridades se manifestam. É o espaço da diversidade de raças, nacionalidades, género, crenças, níveis sociais, riqueza, orientações sexuais, visões políticas, etc.

Segundo, há a realidade dos sonhos, experiências a que não prestamos demasiada atenção, que são as nossas crenças e valores. Aqui encontramos também os nossos preconceitos e julgamentos externos e internos e os nossos diálogos internos, bem como a ambivalência em receber ou enviar informações. Aqui residem também os nossos sonhos e projectos, os nossos medos e preocupações, e as nossas emoções e sentimentos.

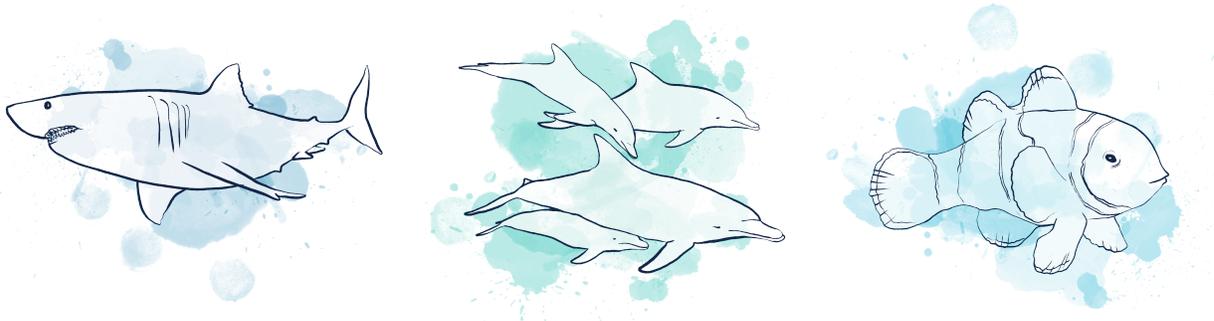
Finalmente, a realidade da essência, a partir da qual podemos observar a nossa realidade e a nós próprios, sem julgamento, e compreender o que está a acontecer. A partir daqui, podemos responder ao "porquê" do que está a acontecer; conectamo-nos com a fonte das nossas feridas e emoções; descobrir soluções inesperadas e criativas a partir desta perspectiva. É a realidade mais transpessoal, espiritual e transcendental.

Estar consciente, reconhecer e aprofundar estas realidades será necessário para que o grupo tenha um bom funcionamento interno; mas será ainda mais necessário que o facilitador tenha consciência disto para orientar o grupo durante as reuniões e assembleias.

Se olharmos mais de perto para os papéis, verificamos que os grupos e iniciativas são compostos por pessoas, com uma mistura de visões, emoções e experiências que combinam esforços para levar a cabo um projecto com uma visão e missão partilhadas. É por isso que não é raro, e também é necessário, que apareçam discrepâncias que podem acabar em conflito. Embora o conflito seja desaprovado, é um elemento que potencia o crescimento e a evolução do grupo, mas apenas quando gerido com as ferramentas e o tempo necessários.

Podemos descrever diferentes tipos de conflitos. Por um lado, pode ser um choque ou tensão entre duas partes ou dois pontos de vista; ou partes com interesses genuinamente diferentes. Pode surgir da experiência da diversidade como uma ameaça; das opiniões, percepções ou

experiências da outra parte. Ou de momentos de desconforto, problemas ou stress, ou cenários percebidos como perigosos ou como oportunidades. Quando mudamos a nossa perspectiva, podemos começar a ter conflitos de uma forma criativa.



**Imagem 16:** Diferentes abordagens ao conflito (Dolors Quiles, 2022)

A organização deve ter os instrumentos para gerir este conflito e atingir as quatro fases da teoria de resolução de conflitos de Mindell. Na primeira fase, o conflito ainda não é percebido e aparentemente não há necessidade de o abordar; no entanto, nesta fase é interessante ver como isto afecta a forma como construímos as nossas opiniões e posições. Na segunda fase, o problema já é detectado, mas está polarizado, e há um sentimento de desconforto; nesta fase é interessante ver e detectar de que forma estes conflitos afetam o comportamento das pessoas. A terceira fase é atingida quando começa o desafio de gerir o grupo, onde as partes tentam compreender-se mutuamente e começam a valorizar as posições que vêm do outro lado. A quarta fase é transversal, permitindo que as outras três fases sejam expressas de uma forma profunda. Seguir estas fases não garante que um desafio numa organização seja reconciliado de uma forma que traga de volta o equilíbrio, pois por vezes a reconciliação é expressa através da divisão da organização numa forma que mantenha os danos controlados.

#### 4.3.6. A pluralidade de formas é a beleza das Economias Sociais

Um projeto social e de solidariedade pode assumir diferentes formas. Nas seções anteriores, discutimos as características organizacionais e internas que um projeto deve ter em consideração. Isto dá um âmbito que inclui uma grande variedade de formas, desde formas mais informais, tais como bancos de tempo e economia subterrânea, a formas legais menos inclinadas para a atividade económica, tais como associações, ou as versões mais formais, tais como cooperativas.

Não é necessário que estas iniciativas tenham uma forma jurídica, nem é indicativo de que o seu impacto social será menor se não o tiverem. Elas precisam de ter a forma que melhor se adapte às suas necessidades num dado momento e local. Independentemente disso, os projectos de Economia Social e Solidária podem ser descritos como grupos de pessoas que se encontram voluntariamente para satisfazer as suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns. Por conseguinte, a forma jurídica que adoptam deve permitir que isto aconteça.

A forma jurídica não é um elemento que determina inequivocamente se uma iniciativa se enquadra na Economia Social, mas é importante para facilitar ou dificultar as dinâmicas que tornam possível a democratização da sua gestão interna. As práticas democráticas podem ser realizadas sob diferentes formas jurídicas, dependendo do país. E novas formas jurídicas estão a surgir, aumentando o leque de opções.

A cooperativa é uma das principais formas jurídicas que melhor se adequa ao quadro da Economia Social e Solidária. As primeiras cooperativas nasceram durante a segunda metade do século XIX e espalharam-se rapidamente pelo mundo, e em 1895 foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Durante esta reunião, foram elaborados os 7 princípios que governam as cooperativas que faziam parte da ACI. Os princípios cooperativos são os seguintes:

**1º Princípio:**

Participação aberta e voluntária

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de utilizar os seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de membro, sem discriminação de género, social, racial, política, ou religiosa.

**2º Princípio:**

Gestão democrática

As cooperativas são organizações democráticas lideradas pelos seus membros, que participam activamente na definição das suas políticas e na tomada de decisões. As pessoas que servem como representantes eleitos são responsáveis perante os membros.

**3º Princípio:**

Participação económica do membros

Os membros contribuem de forma equitativa para o capital das cooperativas. Parte deste capital é propriedade comum da cooperativa. Ao mesmo tempo, os membros recebem uma compensação limitada em relação ao capital contribuído, e alocam os excedentes para o desenvolvimento da sua cooperativa através da criação de reservas, parte das quais serão indivisíveis, beneficiando os membros na proporção das suas transacções com a cooperativa e para o apoio de outras actividades que sejam aprovadas.

**4° Princípio:**  
Autonomia e  
independência

As cooperativas são organizações autónomas, de auto-ajuda controladas pelos seus membros. Se chegam a acordos com outras organizações, incluindo governos, ou angariam capital de fontes externas, fazem-no em termos que assegurem o controlo democrático pelos seus membros e mantêm a sua autonomia cooperativa.

**5° Princípio:**  
Educação,  
formação e  
informação

As cooperativas proporcionam educação e formação aos seus membros, representantes eleitos, gestores e empregados para que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da sua cooperativa. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

**6° Princípio:**  
Cooperação entre  
cooperativas

As cooperativas servem o seu tecido social da forma mais eficaz possível e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando em conjunto através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

**7° Princípio:**  
Preocupação com a  
comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelo seu tecido social.

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional, mais de 12% das pessoas na terra são cooperadores, com mais de 3 milhões de cooperativas existentes, e estas proporcionam empregos ou oportunidades de trabalho a 10% da população empregada.

Por outro lado, outra forma jurídica que cumpre a ideologia da Economia Social e Solidária é uma associação. As associações são grupos de pessoas formadas para realizar uma atividade coletiva de forma estável, organizada de forma democrática e sem fins lucrativos.

#### 4.3.7. Com gosto pela vida (Não pelo lucro, mas pela vida)

No que diz respeito a estas características, deve ser esclarecido que a ausência de lucro inclui a possibilidade de obter lucros, mas com a obrigação de os reinvestir numa finalidade social, sem os distribuir em qualquer caso entre parceiros ou transferindo-os para outras pessoas ou entidades com fins lucrativos. As associações podem contratar pessoal e realizar actividades económicas relacionadas, se isso as ajudar a atingir o objectivo social do projecto.

Estes princípios dão pistas sobre os fundamentos da Economia Social e Solidária. A primeira coisa em que podemos pensar é sobre a propriedade da iniciativa e sobre onde reside o poder. O segundo, terceiro e quarto princípios são muito claros a este respeito, indicando que a propriedade reside nas pessoas que compõem o projecto.

Em projectos no âmbito da ESS, independentemente da origem do capital necessário para iniciar ou operar a iniciativa socioeconómica, o poder de decisão está nas mãos das pessoas directamente envolvidas. É essencial definir o centro de atividades, e o que fará desta uma iniciativa social, e este centro são as pessoas. Os membros do projecto devem estar acima do capital, e por isso o capital não deve ser um factor determinante do poder ou da propriedade.

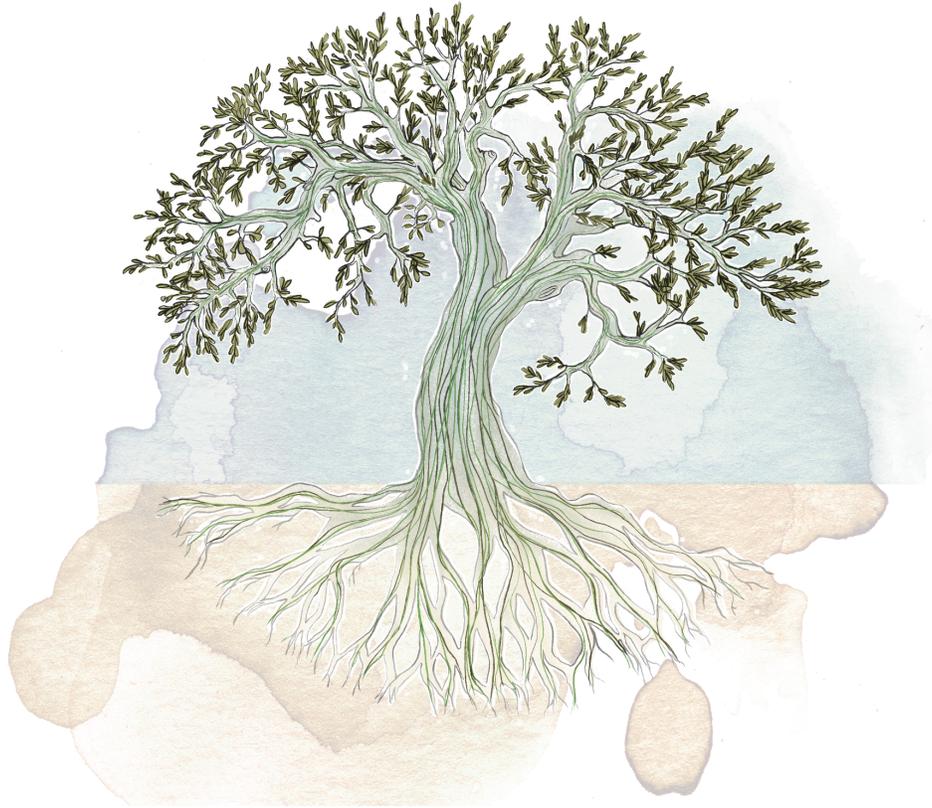
Estamos a falar de propriedade colectiva, em que as decisões são tomadas de acordo com os membros, e não de contribuições de capital. Daqui deriva uma realidade decisiva, que o elemento que deve orientar as decisões dentro de um projecto enquadrado na Economia Social e Solidária é o bem-estar das pessoas, substituindo o capital como um elemento central.

Colocar as pessoas no centro significa proporcionar condições de trabalho decentes, tanto aos membros como aos trabalhadores. É importante que esses empregos sejam estáveis, que sejam pagos de forma justa (com um salário mais elevado do que o acordo sectorial) e que as tarefas estabelecidas estejam de acordo com o horário de trabalho estipulado. Escusado será dizer que isso nem sempre é possível, uma vez que a violência estrutural que estas organizações enfrentam, conduz a circunstâncias precárias e auto-explosivas.

A questão dos salários será um dos factores a considerar num projecto que pretende ser enquadrado na Economia Social e Solidária. O equilíbrio entre os salários dos membros e empregados deve ser justo e razoável de modo a não criar diferenças que possam afetar a harmonia da organização. Um rácio entre o salário mais alto e o mais baixo é considerado justo quando é inferior a 5 em rácio.

#### 4.3.8. A informação é a seiva que atravessa as condutas de energia

Nas atividades socio-económicas transformadoras, a transparência deve ser um dos elementos centrais da organização, uma vez que é essencial para a tomada de decisões e a participação. Tornar a informação acessível e ser transparente gera confiança e uma percepção positiva dentro do projeto, com clientes, utilizadores ou empregados.



**Imagem 17:** Árvore (poder) com seiva fluida, informação nomeada, visível para a transparência (Dolors Quiles, 2022)

Segundo um estudo realizado pela Federação das Cooperativas de Trabalho da Catalunha: a transparência melhora a gestão e a eficácia; melhora a confiança interna e externa; torna possível a participação e o diálogo sobre condições de igualdade; facilita a boa governança e a responsabilização; é um factor preventivo de más práticas e encoraja a inovação e o melhoramento contínuo.

O primeiro passo para a transparência do projecto é uma boa comunicação interna. A informação deve ser transmitida de forma constante e eficaz, para que as pessoas que fazem parte do projecto tenham acesso e possam participar nos espaços de debate e decisão. A falta de informação é um dos factores que mais pode limitar a participação, prejudicando a democracia interna da organização.

Esta informação deve ser adaptada às necessidades das pessoas, uma vez que o excesso de informação pode saturar os seus membros e ter um efeito contraproducente. Por conseguinte, deve ser relevante e aplicável, de acordo com a meta estabelecida, objectiva e não tendenciosa. Consequentemente, a informação deve ser acessível às pessoas que fazem parte

do projecto, e estar disponível para ser utilizada quando possam precisar dela. Esta informação dará poder aos participantes e tornará os debates mais frutuoso.

Dois elementos de transparência podem ser distinguidos. Por um lado, o acesso à informação para tornar essa informação importante disponível e facilmente acessível aos seus membros. E, por outro lado, a responsabilização, que é uma forma de construir confiança e credibilidade, e também de promover a qualidade democrática.

Há dois tipos de informação que devem estar disponíveis para não diminuir as perspectivas de carreira dos membros. Por um lado, tudo sobre a estrutura organizacional (organigrama, informação da empresa, regulamentos internos, história do projecto, processos de decisão, situação económica, etc.) e por outro lado, informação relacionada com a actividade laboral (processo de produção, inovações, situação do mercado, etc.).

O Laboratório de Jornalismo e Comunicação para a Cidadania Plural (LPCCP) na Catalunha, propõe os seguintes critérios para promover a qualidade da informação:

- A informação deve ser compreensível para todos.
- A informação deve ser de fácil acesso.
- O princípio da acessibilidade universal deve ser facilitado.
- A informação deve ser publicada em tempo útil.
- É necessário publicar e identificar os documentos apropriados para explicar a informação.
- Deve ser de acesso livre e gratuito; deve ser apresentada em formatos normalizados e de licença livre.
- Deve ser contextualizada e evitar a desumanização; deve ser verificada e verificável.

A transparência deve ser tanto interna como externa. A transparência interna destina-se a fornecer toda a informação necessária aos trabalhadores e membros do projecto para alcançar a igualdade de condições. A transparência externa mostrará a atitude do projecto em relação ao seu ambiente, fornecendo informação para que o ecossistema social e empresarial receba feedback das acções positivas e enriquecedoras dos diferentes projectos. As acções que podem ser realizadas internamente são: fornecer informação sobre o emprego (salários, horários, etc.); descrever os órgãos de decisão e as formas de acesso a cada um deles; produzir informação de qualidade que seja tão clara e compreensível quanto possível para os membros do projecto; ter critérios para avaliação e melhoria interna. E externamente, exibir o organigrama; mostrar os estatutos e regulamentos internos; apresentar os métodos de produção; manter a informação atualizada nas redes sociais oferecendo uma divulgação

adequada e utilizando as diferentes tecnologias de informação para tornar a informação extensiva; e ter um espaço para feedback.

A informação por si só não é indicativa de transparência, como já vimos. A informação deve ser acessível a todos os empregados/trabalhadores, mas estes devem ser capazes de a compreender. Isto leva-nos a dois elementos importantes: por um lado, a informação deve ser escrita numa linguagem compreensível. Contudo, a preparação da informação dessa forma requer competências linguísticas e editoriais específicas, bem como a consciência dos antecedentes e dos grupos-alvo. Isto requer um conjunto de competências profissionais específicas que muitas pequenas iniciativas transformadoras não se podem dar ao luxo de criar e de criar recursos. Também, por outro lado, a organização deve assegurar que todo o pessoal tenha conhecimentos suficientes para compreender a informação.

Por esta razão, o projecto deve proporcionar espaços de formação a todos os funcionários para abordar aspectos relevantes da gestão empresarial, tais como economia, negócios e finanças, tendo em mente que cada pessoa compreenderá diferentes especialidades, e apenas alguns membros terão uma perspectiva holística. Em resumo, é importante criar espaços onde a informação possa fluir, e todos os membros obtenham a informação de que necessitam e desejam.

#### 4.3.9. Diferença + Igualdade = Equidade

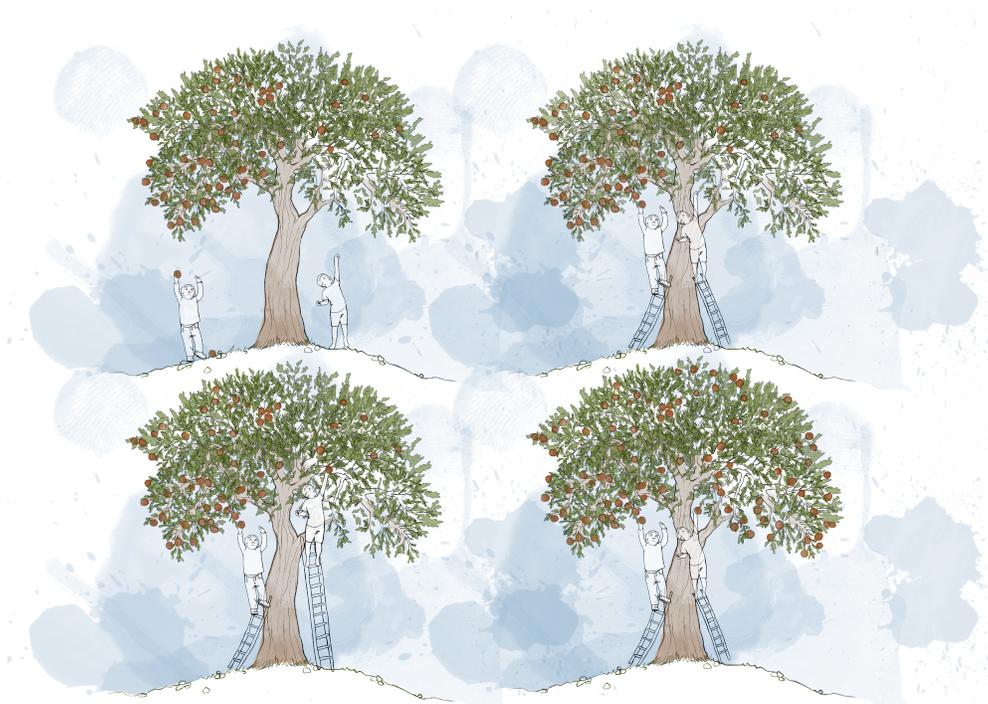


Image 18: Equidade (Dolors Quiles, 2022)

Outro elemento que um projecto de Economias Transformativas deve garantir é a inclusão e a paridade. A igualdade é um dos princípios mais cruciais e por isso, o projecto deve dedicar esforços e tempo para assegurar que todas as pessoas que fazem parte dele tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal.

A maioria dos projectos sociais masculinizaram a força de trabalho, especialmente em posições com responsabilidades mais elevadas, produzindo uma desigualdade vertical que bloqueia as pessoas, especialmente as mulheres, que procuram desenvolver-se profissionalmente. Ao mesmo tempo, outras minorias têm dificuldade em expressar todo o seu potencial, uma vez que não lhes é permitido aceder a certos espaços, e quando o fazem, as condições não são as melhores.

O desafio da economia social e solidária, assim como de outras organizações, é equilibrar o mais possível a proporção de mulheres e homens, assim como facilitar o acesso às minorias e aos sectores minoritários. E não apenas em termos absolutos, mas tendo em conta todas as áreas e espaços do projeto, como espaços de tomada de decisão, órgãos directivos, espaços reprodutivos, entre outros. Isto deve acontecer sempre de acordo com a vontade dos membros da organização e não ser forçado por uma questão de paridade.

Há várias ações que podem abrir o caminho para a paridade e a inclusão. As condições de trabalho afetam as desigualdades de forma positiva ou negativa, pelo que é altamente recomendável que sejam ajustadas para facilitar o acesso (menos empregos forçados a tempo parcial, horários de trabalho mais compactos). É também importante regular os processos de selecção de pessoal, equilibrando o número de candidatos por género ou minoria e criar políticas directas na selecção ou promoção dos sectores menos representados na empresa ou iniciativa.

## 4.4. Para a humanidade, a comunidade é a casa

### 4.4.1. Comunidades indígenas preservaram a memória

A vida gera aglomerados entre organismos semelhantes, depois gera aglomerados entre organismos compatíveis, e mais tarde gera aglomerados de ecossistemas, para finalmente auto-gerir a homeostase da biosfera. Como diz o termo sul-africano, Ubuntu, eu sou porque tu és, ou o que me torna humano é a relação com a humanidade. Esta viagem apressada contra o tempo que estamos a fazer, é um regresso às origens. Em tempos fomos comunidades espalhadas por todo o planeta, hoje precisamos de nos tornar uma comunidade global,

precisamos de recuperar o indigenismo reconciliado com a tecnologia contemporânea, de modo a superar o desafio global do desenvolvimento.

A violência e colonização dos últimos milênios fragmentou as culturas locais, e é tempo de descolonizar ou regenerar as nossas comunidades, tendo aprendido a manter relações recíprocas com outras comunidades para gerar uma comunidade global. Tal como as nações indígenas sul-africanas tiveram de passar por um desafio considerável para compreender e consolidar culturalmente o conceito de Ubuntu, hoje precisamos de consolidar o conceito de uma comunidade indígena global, tendo em conta os diferentes processos de desenvolvimento e a consciência das culturas do mundo.

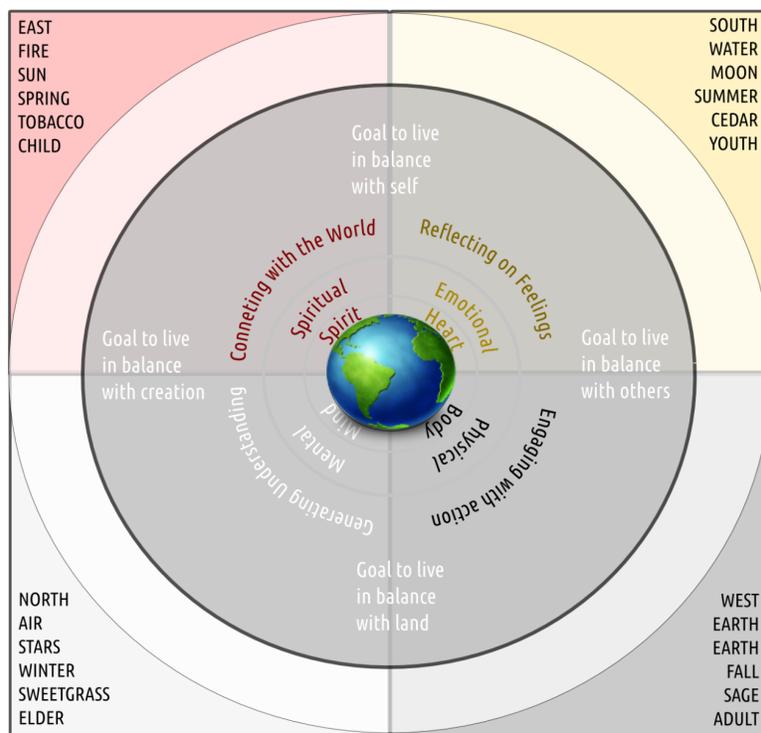


Image 19: Roda Medicina (Haudenosaunee Nation, adaptado por Resilience Earth)

As comunidades não são definidas simplesmente pelo que as molda internamente, mas também por quem interage externamente, gerando um território com outras espécies do ecossistema (bioregional). Precisamos deixar de subestimar outras formas de vida, e começar a relacionar-nos com elas de forma mais consciente e com mais cuidado. Isto significa também reconciliarmo-nos com a morte. A nossa sociedade vira as costas à morte, o que lhe dá o direito de fazer crueldades como o massacre que está a acontecer hoje em dia com os animais de quinta. Se nos reconciliarmos com a morte e com o resto das espécies, podemos continuar

a alimentar-nos com carne, se necessário, enquanto atingimos um nível de consumo sustentável e com o respeito que todos os animais merecem.

Quando nos tornamos uma comunidade, colocamo-nos ao serviço do resto como um órgão, como o fígado faz para todo o organismo, ou como um ecossistema, como o fitoplâncton faz, limpando a atmosfera.

#### 4.4.2. Da co-gestão à economia comunitária

Para a evolução da economia, a abordagem comunitária é essencial para enfrentar as crises cíclicas intrínsecas de um processo inovador, tal como o processo económico. A ESS leva a comunidade a reavaliar o seu próprio ADN, uma vez que é uma proposta que emerge da própria comunidade como uma cura, enfrentando a economia extractiva global que nos está a levar ao colapso. A comunidade, daí a rede de projectos nas Economias Transformativas, não pode ignorar - pela sua própria definição - o impacto no seu ambiente. É evidente que todos os actores envolvidos estão estruturados de acordo com os valores e princípios da ESS e, conseqüentemente, a sua rede está consciente do que está a acontecer em torno de cada um destes projectos e como um todo. O enraizamento da ESS Rural é um exemplo claro deste processo, onde muitas iniciativas estão a emergir com propostas que resolvem os desafios da comunidade e acrescentam valor ao território. Isto implica uma relação integrada com processos regenerativos.

A territorialização no ambiente imediato, local, dos projectos da economia transformativa tem sido sempre um pilar fundamental para a sua implementação e relação com o território. Alguns dos elementos que a tornaram um factor chave vão desde um maior conhecimento dos actores, questões e necessidades, até à criação de sinergias. Viver as nossas vidas e relações, e desenvolver projectos no mesmo ambiente local acrescenta a necessidade de cuidar e respeitar o ambiente, não só do ponto de vista ambiental, mas também graças às relações sociais que são estabelecidas. A reprodução da vida e das relações obriga-nos a trabalhar para minimizar qualquer impacto negativo que a actividade de um projecto gere, de uma forma muito diferente do que se a actividade não tivesse lugar onde as pessoas que trabalham no projecto vivem e prosperam. A premissa é simples: Ter um impacto negativo onde se vive afecta-nos, e ter um impacto positivo também o afecta!

Grande parte desta ideia é capturada pela Ostrom na gestão dos recursos comuns, que, recordemos, se baseia na premissa de que a gestão dos recursos comuns é explorada de forma sustentável porque são comuns, rompendo com a ideia de que os recursos comuns são sobreexplorados (Hardin). Para o fazer, Ostrom toma muitos exemplos, como a gestão da água

em regiões que historicamente exigiram irrigação, um exemplo que é válido em quase todas as partes do mundo em que olhamos. Quando a responsabilidade pela gestão é partilhada, os interesses do indivíduo são tidos em conta mas não priorizados em relação ao acordo colectivo que garante o seu cumprimento da melhor forma possível a longo prazo. Esta gestão colectiva significa que as restrições que a priori, num recurso gerido individualmente, não teríamos qualquer motivação para as aceitar, são aceites (Fairclough 2016). Em última análise, a sustentabilidade dos recursos tem precedência sobre o nível de utilização individual actual.

Afinal de contas, para manter a actividade em que estes recursos permitem que os utilizadores se envolvam, as condições iniciais precisam de ser mantidas, ou mesmo melhoradas. Esta é uma forma de co-evolução com o território ao mesmo tempo. A fim de manter estas estruturas sociais, a capacidade regenerativa do ambiente deve ser mantida. Yayo Herrero (nexus46) assinala que a eliminação da flora e da fauna vem com a extinção das culturas e das formas sociais estabelecidas de relacionamento. E é muito importante estar consciente de que a deterioração do ambiente não só varre as espécies, mas também muda tudo radicalmente, afectando-nos não só a longo prazo, mas também a curto prazo. Assim, o autor estabelece uma ligação inseparável entre ambientalismo e feminismo, uma vez que o feminismo é a abordagem extractiva do patriarcado. Também, porque os projectos de Economia Transformativa não têm a necessidade de crescer para aumentar o bem-estar individual, mas sim para cobrir as necessidades colectivas, têm um impacto positivo à medida que resolvem os desafios da comunidade. A própria paisagem torna-se uma relação social inseparável (Harvey 2012), uma vez que se torna um bem comum. De facto, Harvey argumenta que a cidade pode tornar-se um espaço chave para resistência e reorganização política, precisamente porque é um ambiente em conflito com valores políticos e pressões económicas. Os territórios rurais devem ser capazes de encontrar uma forma de gerir as suas próprias competências e recursos, gerando uma governança mais distribuída para um território mais equilibrado, onde a ruralização das cidades é uma necessidade intrínseca.



**Image 20:** Mãe Natureza a Tricotar (Dolors Quiles, 2022)

No seu livro, *Invitació a l'economia Solidària* ("Um convite à Economia Solidária"), Jordi Estivill reflecte "Como se afirma no manifesto do Congresso fundador da Rede Europeia de Economia Solidária, realizado em Barcelona em 2011: 'sempre que a mais pequena aldeia do velho continente reuniu homens e mulheres e deu uma resposta colectiva libertadora para satisfazer as suas necessidades, eles fizeram avançar a economia social e solidária'".

No seguimento desta ideia, é necessário salientar que a actividade das Economias Transformativas tem mantido o seu objectivo, como iremos reiterar, de responder às necessidades vitais. Tem procurado regenerar as externalidades negativas no seu próprio território, onde produz, desenvolve e cresce; reduzindo a necessidade de extractivismo global da cadeia de abastecimento, e portanto reduzindo o seu impacto. O crescimento de iniciativas nesta mesma base levou a uma rede local e supralocal que se torna uma rede de apoio e crescimento do mesmo ambiente produtivo e reprodutivo que molda a Economia Transformativa, uma rede de segurança para os próprios projectos. Ao avaliar as necessidades de uma determinada comunidade num território específico, é necessário avaliar de que forma a nossa actividade está a causar problemas e como regenerá-los.

A intercooperação, o trabalho conjunto entre diferentes iniciativas, tem sido um elemento chave e tem fortalecido o mercado social em todas as suas áreas (produção, distribuição, consumo, financiamento) sob princípios comuns, com o desejo de dar a volta e transformar o

sistema hegemónico que se baseia nas desigualdades de riqueza, com o desejo de o transformar.

#### 4.4.3. As actividades informais marginalizadas são um potencial para o mercado social

Este desejo de transformação pode ser prático, mas não esqueçamos que também pode ser encontrado refletido nos estatutos de diferentes projectos cooperativos. Em qualquer caso, é um desejo que deve ser público e partilhado. O facto de poder ser um elemento formal não deve excluir todas as actividades informais ou projectos familiares e autónomos, tais como as associações de bairro informais e os movimentos sociais que alimentam o trabalho conjunto e o seu efeito real no território.

É importante que a esfera formal não seja um factor limitativo de cooperação ou deixaremos de fora não só a economia informal mas uma boa parte do cuidado pelo bem-estar, tornando-a invisível. Além disso, podem existir entidades e coletivos que, devido à tradição, falta de recursos ou vontade, não correspondem a esta necessidade de formalização. Também não podemos excluir freelancers e pequenas empresas familiares que, embora constituídas como empresas comerciais, têm uma alma e um comportamento cooperativo.

No que respeita ao mercado social gerado pela ESS de um ponto de vista coletivo, este inclui uma vasta gama de actividades, algumas das quais têm grande potencial de alavancagem no contexto actual, tais como finanças éticas, moeda social, ou campo tecnológico; que, se enquadradas dentro da ESS e ao serviço da comunidade, podem catalisar processos de mudança.

As finanças éticas e as moedas locais estão a tornar-se um elemento chave para fazer crescer projectos na economia transformadora, ajudando indivíduos e colectivos a evitar alimentar a banca capitalista, especialmente os seus efeitos de redistribuição e concentração sistémica para cima. São, portanto, uma forma alternativa de financiamento e empréstimo, poupança e operações.

Uma moeda local tem a virtude de promover o consumo local e o dinheiro que gera é gasto no mesmo território, estabelecendo um elemento de reforço das redes da economia local e dos processos de cooperação neste domínio. Evita a canalização para fora e para cima da riqueza gerada a nível regional.

Colocámos aqui também todo o campo tecnológico ligado à nuvem. O campo tecnológico em geral, tem um impacto nas formas de gerar conteúdo, consumindo produtos tecnológicos dentro da ética e dos valores das Economias Transformativas. Particularmente notável é a área das licenças livres e abertas como exemplo de trabalho colectivo, que frequentemente reflecte também o enraizamento dos territórios, especialmente no que diz respeito à relação com a

língua. Por exemplo, o problema do Software Livre/Libre de Código Aberto (FLOSS) é que o valor gerado pela co-criação de contribuintes voluntários é muitas vezes monetizado por grandes corporações e não flui de volta para a comunidade de co-criadores, ou pelo menos não o suficiente. Assim, apesar de disponibilizar ferramentas aos utilizadores finais de uma forma distribuída e livremente acessível, também alimenta uma economia digital de poder concentrado de motoristas/plataformas de propriedade privada.

#### 4.4.4. Origem e proximidade geram pertença

Do campo comunitário, vale também a pena mencionar projetos que podem ser pontos de alavancagem de mudança para a sustentabilidade ecológica, como comunidades energéticas através das quais não só é estabelecido um consumo responsável, mas que também tornam obsoleto o quadro injusto do mercado energético das grandes corporações internacionais de energia, os seus interesses comerciais, lobbying e enormes externalidades ocultas. Ao mesmo tempo, estas fraturas expressas no ponto 3.4.3, visam virar a corrente e o funcionamento geral de pernas para o ar sob a premissa da descomodificação ou comunhão da vida, pelo menos de tudo o que torna a vida possível.

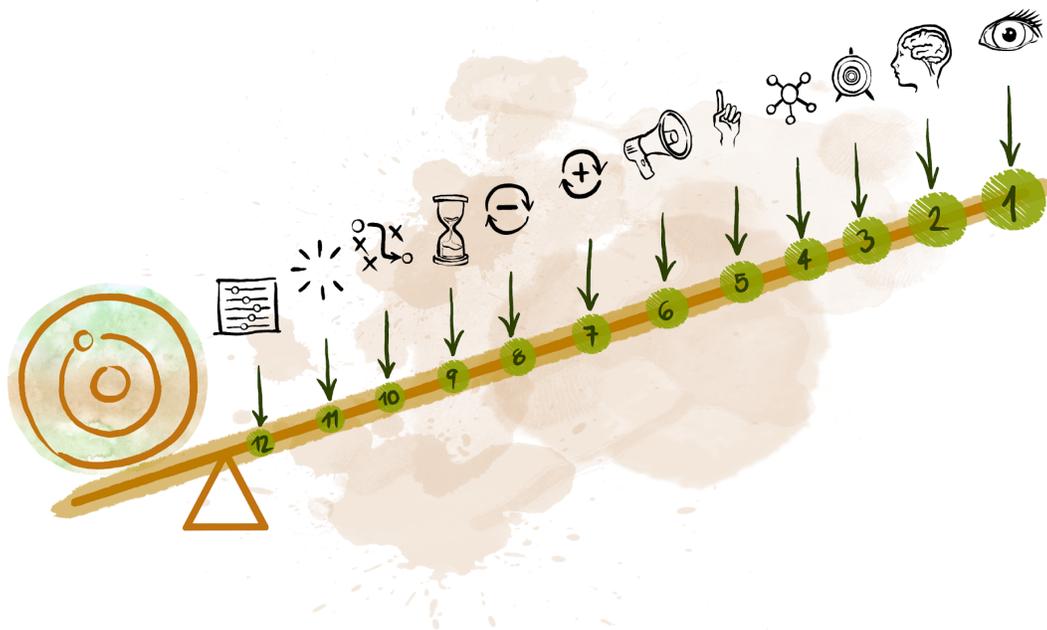


Image 21: Pontos de Alavancagem (Dolors Quiles, 2022)

Para garantir esta premissa, a origem dos produtos, bem como a ética dos produtores e dos seus projectos, são essenciais para a transformação. É importante lembrar que, para que a

produção seja ética, todo o circuito do produto deve ser tido em conta, desde o início. É por isso que o produto ou serviço final que um projecto desenvolve é também impregnado por todas as etapas anteriores que outros actores da cadeia de fornecimento fizeram ou desenvolveram. Neste aspecto, os direitos laborais, a comercialização justa, a origem dos produtos devem ser tidos em conta... E é aqui que a ESS e os seus ecossistemas locais trazem algo imbatível por qualquer proposta capitalista, uma vez que a idiossincrasia desta realidade não pode ser coberta pelo marketing, só a confiança real nas pessoas que estão por detrás do produto final o pode alcançar. No entanto, um verdadeiro empenho dos governos locais em controlar e valorizar as externalidades da economia capitalista é também necessário para uma concorrência equilibrada.

#### 4.4.5. Reinventar as administrações públicas

Mas precisamos de ter em conta mais um elemento e perguntar-nos que papel desempenham as administrações na economia comunitária. Apesar de serem actores externos na transformação das economias, existem espaços confluentes para gerar estratégias conjuntas em torno do bem comum e dos problemas sociais, e dependendo das equipas governamentais, também o desejo de uma distribuição mais equitativa dos recursos.

Na realidade, independentemente de o governo poder estabelecer programas para catalisar a economia em transformação, é importante questionar a ética da externalização de serviços a empresas comerciais que procuram o seu próprio benefício. De facto, poderíamos também desafiar que alguns serviços sejam prestados pela administração em vez de serem prestados pela própria comunidade local. Estas são duas observações em linhas diferentes, mas têm a mesma base, a rede de trabalho local que é estruturada pela economia transformadora. Haverá aqui uma vasta gama de potenciais mudanças no que diz respeito à colaboração da economia transformadora com os governos para a prestação de serviços públicos na sua própria comunidade. O terceiro sector é provavelmente o que mais tem tido impacto neste aspecto na economia de solidariedade social (ESS), mas é evidente que ainda há um longo caminho a percorrer.

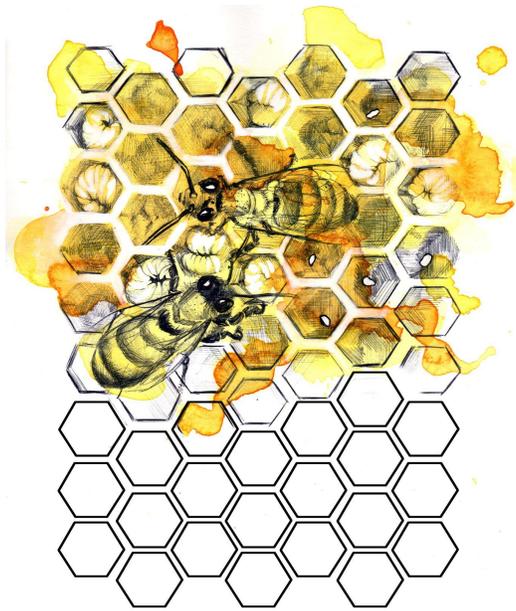


Image 22: Colmeia Colaborativa (Dolors Quiles, 2022)

A geração de observatórios territoriais que permitem uma análise actualizada da situação do território com uma perspectiva transversal é essencial para gerar estratégias transversais com uma perspectiva comunitária. Isto só pode acontecer de forma promissora se a estrutura, governança e práticas de tal observatório forem também trans-setoriais. Em particular, a capacidade de facilitação pode vir de iniciativas comunitárias transformadoras onde a participação já é praticada; enquanto as práticas de co-criação, participação e de acordo com a facilitação ainda não existem na administração pública, no sector privado e nas instituições de investigação. Além disso, círculos permanentes de discussão centrados em objectivos estratégicos pré-estabelecidos podem acelerar e facilitar a coordenação e implementação de iniciativas comunitárias, levadas a cabo pela pluralidade de actores no setor e entre setores. A administração pública poderia promover a iniciativa para conferir legitimidade, enquanto que a respectiva coordenação poderia ser alimentada pela experiência de facilitação horizontal e dialógica de iniciativas e redes transformadoras envolvendo actores intersectoriais, e as instituições de investigação poderiam apoiar com neutralidade na análise de diferentes indicadores - promovendo assim um território articulado e resiliente.

Globalmente, isto levaria ao enraizamento de uma economia ao serviço da comunidade e do território, gerando propostas únicas e motivadoras para os jovens, que lhes poderiam proporcionar propósito e inspiração. Desta forma, permitir-lhes-ia desenvolver vidas significativas e dignas, o que, por sua vez, geraria propostas de elevado valor e, conseqüentemente, teria um impacto positivo no território e na comunidade, gerando abundância e confrontando a situação global com base na resiliência da comunidade.

## 5. Conclusão

Numa realidade autopoietica como aquela em que vivemos, onde a vida transforma o ambiente e o ambiente transforma a vida num ciclo evolutivo permanente, a economia é a forma como a espécie humana se relaciona com o seu ambiente para satisfazer as suas necessidades. Isto cria um impacto no ambiente ao transformá-lo positiva ou negativamente enquanto, ao mesmo tempo, o ambiente interage connosco gerando uma influência positiva ou negativa na nossa evolução.

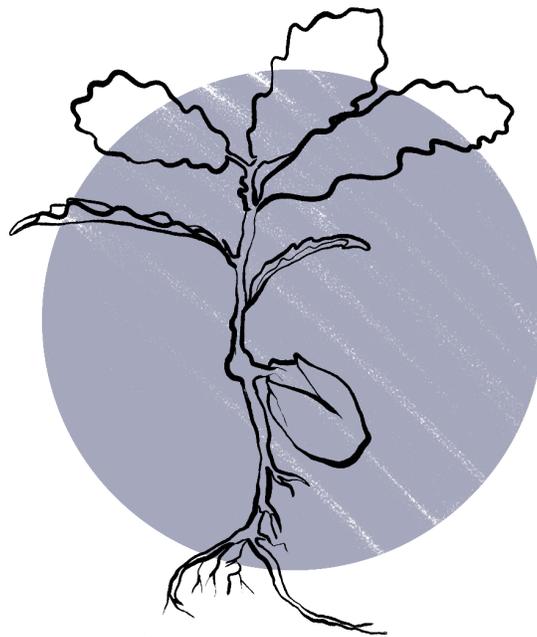
Com isto em mente, parece bastante óbvio que gerar um impacto negativo sobre o território é um suicídio a médio prazo. Mas uma vez que entramos na realidade económica da nossa sociedade, parece que todos os esforços estão concentrados em justificar porque é que vale a pena continuar a destruir o território para algum fim específico. A maturidade da nossa espécie implica saber dar prioridade e posicionarmo-nos no lugar a que pertencemos na biosfera, onde quer que isso aconteça, mas de forma responsável.

A mudança necessária para evitar a contínua deterioração dramática das condições de vida da humanidade e de outras espécies no planeta nas próximas décadas, deixando um futuro sem esperança para as próximas gerações, é a mudança de não assumir responsabilidades e deixar que o poder defina o nosso destino, para assumir responsabilidades e organizar comunidades para reclamar e defender a precedência do bem comum. Abundância emerge da generosidade, tal como a escassez emerge da acumulação.

As economias transformadoras são propostas colectivas que geram espaço para a cura colectiva, enfrentando desafios profundos e antigos como o patriarcado, o extrativismo, a colonização, ou a acumulação. Todos estes padrões são degenerativos e levam-nos a eliminar parte da homeostase planetária que ainda permite a viabilidade humana. Isto porque nos comportamos como oportunistas parasitas, tirando partido das riquezas que a vida acumulou ao longo de milhões de anos para nosso benefício imediato, sem dar nada em troca, e na verdade, nem sequer agradecimentos. Agimos com arrogância e orgulho como se o planeta fosse nosso, quando é apenas um empréstimo feito pelos nossos antepassados que temos de devolver aos nossos descendentes.

A boa notícia é que um processo regenerativo pode levar-nos a viver um dos momentos históricos mais intensos e esperançosos da humanidade, o tempo em que a comunidade global se organiza para se tornar consciente de si própria, e co-criar um mundo abundante para nós e para a biosfera. O que estamos a enfrentar é um momento em que a sociedade humana é chamada a superar os traumas do passado e a emancipar-se, assumindo a

responsabilidade pelos seus territórios e reconciliando-se com a natureza, abrindo um novo ciclo planetário que nos conduzirá a novos desafios.



**Image 23:** A Plantar a Semente da Reconciliação (Dolors Quiles, 2022)

Para tal, só precisamos de nos colocar ao serviço da comunidade, gerar alianças com pessoas que tenham objetivos semelhantes, e enfrentar obstáculos e desafios emergentes com uma abordagem construtiva, criativa e destemida. Na verdade, não temos mais nada a fazer até à nossa morte, porque hoje em dia, é evidente que o sonho americano há muito se tornou um pesadelo.

Convidamos e encorajamos a participação nesta comunidade de aprendizagem para gerar padrões regenerativos para economias locais em transformação, num debate disruptivo, co-criativo e baseado na comunidade, que pode fornecer novas propostas para continuar a evoluir.

## 6. Bibliografia

1. Alexander, Christopher. (1977). "A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction." Oxford: Oxford University Press
2. Amato, A. (2013). *Relation d'aide et Coaching Systémique*. Marseille: Amato Publisher.
3. Amaya Pérez Orozco (Pérez, 2014), explains how the concept is a process of hypertrophy.
4. Beck, D. and Cowan, C. (2005). *Spiral Dynamics: Mastering Values, LEadership and Change*. New Jersey: Wiley-Blackwell Publishers.
5. Bitbol, M. and Luisi, P. (2004). Autopoiesis with or without cognition: defining life at its edge. *Journal of the Royal Society Interface*, 1(1):99–107.
6. Castells, M. (2012). *Redes de Indignación y Esperanza* . Barcelona, Catalonia: Alianza Editorial.
7. Castro (2020) also at La Directa, "This health crisis shows the importance of care work and sustainability of life".
8. Climate change 2021: The Physical Science Basis. IPCC. (n.d.). Retrieved August 5, 2022, from <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-i/>
9. David Harvey (2012) *Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution*. Brooklyn: Verso, 187 pp. ISBN: 978-1-84467-882-2
10. Elinor, O. T. L. (2015). *Governing the commons*. Cambridge Univ Press.
11. Estivill, J. (2018). *Invitació a l'economia solidària: Una visió des de Catalunya*. Polïen Edicions.
12. Fairclough, G. J., Hicks, D., & McAtackney, L. (2007). *Envisioning landscape: Situations and standpoints in archaeology and Heritage*. Left Coast Press.
13. Fraser, Nancy. (2016). "Contradictions of Capital and Care". *New Left Review*, Issue 100.
14. Galtung, J. and P. Scott (2008). *Democracy – Peace – Development*. Germany: Transcend University Press.

15. Gannon, D. and Boguszak, A. (2013). Douglas McGregor's Theory X and Theory Y. In: CRIS Bulletin 2013/02.
16. Gaventa, J. (2006). Finding the Spaces for Change: A Power Analysis. IDS Bulletin. Vol.37, No.6 pp 23-33.
17. Gilchrist, A. (2000). The Well-connected Community: Networking to the "edge of chaos". Community Development Journal. Vol.35, No.3 pp 264-275.
18. Gilchrist, A. (2009). The well-connected community: A networking approach to community development. Bristol: The Policy Press.
19. Goering, L. (2021, July 20). UN Climate Science Report to examine 'Black swan' events. Thomson Reuters Foundation News. Retrieved from <https://news.trust.org/item/20210720155814-cldk3/>
20. Graves, C. (2005). The Never Ending Quest: A treatise on an emergent cyclical. Santa Barbara: ECLET Publishing.
21. Harari, Y. (2015). Sapiens: A Brief History of Humankind. New York: Vintage Press.
22. Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243–1248. <http://www.jstor.org/stable/1724745>
23. Harnecker, Marta. (2005). "Más allá de "El Capital" libro de Michael Lebowitz. Presentación de Marta Harnecker." Rebelión.
24. Intergovernmental Panel on Climate Change. "IPCC Vice-Chair Ko Barret among Global Landscape Forum's 16 Restoring the Earth Women of 2022" Newsroom, March 2022.
25. Laloux, F. (2014). Reinventing organizations: A guide to creating organizations inspired by the next stage of human consciousness.
26. Lebowitz, M. A. (2003). Beyond capital - Marx's political economy of the working class. Palgrave Macmillan.
27. Lederach, J.P. (2005). The Moral Imagination: The Art and Soul of Building Peace. Oxford, UK: Oxford University Press.
28. Longboat, J. (2003). The Haudenosaunee Medicine Wheel. Ohsweken, Mohawk Land: Six Nations Institute.
29. Lovelock, J. (2016). Gaia: A New Look at Life on Earth. Oxford: Oxford Landmark Science.

30. Macey, J. and Johnstone, C. (2012). *Active Hope: How to Face the Mess We're In Without Going Crazy*. Novato: New World Library.
31. Mang, P and Reed, B. (2011). *Regenerative Development and Design*. In: *Encyclopaedia Sustainability Science & Technology*, 2112.
32. Martínez Moreno , R. (L. H. C. (2022, May 4). Raquel Rolnik: "La crisi ambiental posa en Qüestió el capitalisme". *Crític*. Retrieved from <https://www.elcritic.cat/entrevistes/raquel-rolnik-cal-disputar-la-postpandemia-11926>
33. Maslow, A. (1943, reprint 2013). *A Theory of Human Motivation*. Eastford: Martino Fine Books.
34. Maturana, H. and Varela, F. (1973, reprint 2014). *Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living*. Boston: Reldel Publishing.
35. Fayos, E.. (2020, May 8). *Més Casos i més càrregues de cures: La Doble Bretxa de Gènere de la Covid-19*. *La Directa*. Retrieved from <https://directa.cat/la-doble-bretxa-de-genere-en-la-covid-19/>
36. Max-Neef, M. (2008). *La dimensión perdida: la inmensidad de la medida humana*. Uruguay: Editorial Nordan.
37. Meadows, D. (2009). *Leverage Points: Places to Intervene in a System*. *Solutions*. Retrieved from: <http://www.thesolutionsjournal.com/node/419> pp41-49.
38. Mindell, A. (2010). *Processmind: The mind of god in personal life and the world's future*. Quest.
39. Molina Rodriguez-Navas, Pedro. "Transparència i qualitat de la informació de les entitats sense ànim de lucre. Manual i guia d'autoavaluació". Universitat Autònoma de Barcelona, 2014
40. Monge, G. (2021, January 28). "No podem veure les cures només des del jo i el meu col·lectiu, I Perdre de Vista Cap A on anem. si ens organitzem col·lectivament és per Anar Més Enllà de nosaltres.": *L'eixida: Autogestió Cooperativa*. *L'Eixida Autogestió Cooperativa*. Retrieved from <https://www.leixida.org/blog/entrevista-georgina-monge>
41. Morin, E. and Montuori, A. (2008). *On Complexity: Advances in Systems Theory, Complexity and the Human Sciences*. New York: Hampton Press.
42. Naranjo, C. (2017). *27 personajes en busca del ser. Experiencias de transformación a la luz del eneagrama*. Barcelona: Psicología la Llave.

43. Negri, A. and M. Hardt. (2005). *Europa y el Imperio*. Madrid: Ediciones Akal SL
44. Negri, A. and M. Hardt. (2011). *Commonwealth*. Boston: Belknap Press.
45. Oliveira, H., Seefeldt, A. and Siqueira, A. (2016). SCH5424 - Ecological Design Thinking Studio Module Report. Dartington Estate, Devon: Schumacher College.
46. Orr, D. (2016). *Dangerous Years: Climate Change, the Long Emergency and the Way Forward*. New Haven: Yale Publishing.
47. Padró, R., Marco, I., Font, C., & Tello, E. (2019). Beyond Chayanov: A sustainable agroecological farm reproductive analysis of peasant domestic units and rural communities (Sentmenat; Catalonia, 1860). *Ecological Economics*, 160, 227–239.
48. Panikkar, R. (2003). *El diálogo indispensable: Paz entre las religiones*. Barcelona, Spain: Editorial Península.
49. Panikkar, R. (2004). *Invitació a la saviesa*. Barcelona: Proa Edicions Barcelona (Ed. Columna, Proa) 1998.
50. Raworth, K. (2018). *Doughnut economics*. Random House UK.
51. Reeler, D., et al (2009). *Barefoot Guide to Working with Organisations and Social Change*. Capetown, South Africa: Barefoot Collective.
52. Reeler, D. (2007). *A Three-Fold Theory of Social Change and Implications for Planning Monitoring and Evaluation*. Capetown, South Africa: Centre for Developmental Practice.
53. Regenes Group. (2016). *Regenerative Development and Design: A Framework for Evolving Sustainability*. New Jersey, USA: Wiley Publishers.
54. Rockström, J. (2015). "Planetary Boundaries - an update" in *Science*: vol. January
55. Rockström, J and P. Sukhdev. (2016). *How food connects all the SDGs*. Stockholm, Sweden: Stockholm Resilience Centre.
56. Romaguera, À. (2021). Yayo Herrero. *Nexe. TRANSICIÓ ECOLÒGICA, Num 46* (Primavera-Estiu 2021).
57. Senge, P. (2014). *The Fifth Discipline Fieldbook: Strategies and Tools for Building a Learning Organisation*. New York, USA: Crow Publishing Group.
58. Sharpe, B. (2013). *Three Horizons: The Patterning of Hope*. Devon: Triarchy Press.

59. Sipos, Y. et al. (2008). Achieving transformative sustainability learning: engaging head, hands and heart. In: International Journal of Sustainability in Higher Education.
60. Thoreau, D. (1854, reprint 2019). Walden: Life in the Woods. New York: Random House.
61. Wilber, K. (2017). A Brief History of Everything. Boulder: Shambhala Press.
62. Woolley-Barker, T. (2017). Teeming: How Superorganisms Work Together to Build Infinite Wealth on a Finite Planet (and your company can too). Ashland: White Cloud Press.

## 7. Lista de Diagramas

- Image 01:** Bolo de Casamento dos ODS das Nações Unidas (Dolors Quiles, 2022)
- Image 02:** Espiral Evolutiva (Dolors Quiles, 2022)
- Image 03:** Ilustração simbólica da autopoiesis como aplicada à escala pessoal ou social colectiva (Dolors Quiles, 2022)
- Image 04:** Exemplos de linguagem de padrões aplicados ao desenho urbano (Alexander, 1977)
- Image 05:** Espiral Regenerativa (Original Reed, 2010; Adapted by Resilience.Earth, 2022)
- Image 06:** Perspectivas produtivas e reprodutivas da economia (Dolors Quiles, 2022)
- Image 07:** Árvore meio viva representando os valores necessários para prosperar (Dolors Quiles, 2022)
- Image 08:** Triângulo de Maslow e Siksika (adapted by Resilience Earth, Dolors Quiles 2022)
- Image 09:** Espiral Ascendente (Dolors Quiles, 2022)
- Image 10:** Aquecimento Global da Temperatura (Dolors Quiles, 2022)
- Image 11:** Descentralização e Distribuição (Dolors Quiles, 2022)
- Image 12:** Teoria XYZ A visão mais comum do mundo "as pessoas são preguiçosas e não se importam", representa sistemas hierárquicos tradicionais baseados no controlo (Dolors Quiles, 2022)
- Image 13:** Cidade Rural Resiliente (Dolors Quiles, 2022)
- Image 14:** Poder Descentralizado (Dolors Quiles, 2022)
- Image 15:** Gansos (Dolors Quiles, 2022)
- Image 16:** Formas de lidar com conflitos (Dolors Quiles, 2022)
- Image 17:** Árvore (poder) com seiva fluida, chamada informação, visível para a transparência (Dolors Quiles, 2022)
- Image 18:** Equidade (Dolors Quiles, 2022)
- Image 19:** Roda Medicina (Haudenosaunee Nation, adapted by Resilience Earth)
- Image 20:** Mãe Natureza a Tricotar (Dolors Quiles, 2022)
- Image 21:** Pontos de Alavancagem (Dolors Quiles, 2022)
- Image 22:** Colmeia Colaborativa (Dolors Quiles, 2022)
- Image 23:** Plantar a semente da reconciliação (Dolors Quiles, 2022)

## 8. Glossário

<b>Antropoceno</b>	A era em que todas as grandes transformações morfológicas e geológicas do planeta são devidas ao impacto humano.
<b>Processos autopoieticos</b>	Um entendimento de que o desenvolvimento da vida é um ciclo contínuo de interação entre o ser e o ambiente.
<b>Colonização</b>	A imposição de uma visão dominante do mundo às comunidades minoritárias.
<b>Catalisadores Comunitários</b>	A aceleração dos processos evolutivos das comunidades humanas, em relação aos seus territórios, no sentido de um equilíbrio dinâmico mais complexo.
<b>Responsabilidade Social Empresarial (CSR)</b>	A responsabilidade social empresarial (RSE) é um modelo empresarial auto-regulado que ajuda uma empresa a ser socialmente responsável perante si própria, as suas partes interessadas e o público.
<b>Descolonização</b>	O processo de reconstrução da identidade e dos princípios da comunidade local, aninhada e em reconciliação com o nosso mundo globalizado.
<b>Mudança Profunda</b>	Um processo transformador que provoca uma mudança de paradigma (geralmente em resposta a uma "crise quente" ou a um "bloqueio a frio").
<b>Processo Disruptivo</b>	Uma série de acontecimentos interligados a acontecer à escala global que afetam diretamente a nossa economia, provocam escassez de energia e de água, forçam milhões de pessoas a migrar, alteram o clima global e degeneram a maior parte dos ecossistemas da Terra.
<b>Mudança emergente</b>	Refere-se à constante adaptação da sociedade ao seu contexto evolutivo durante um longo período de tempo.
<b>Externalidades</b>	Uma consequência de uma atividade industrial ou comercial que afeta outras partes sem que isso se reflecta nos preços de mercado, tais como a polinização das culturas circundantes por abelhas mantidas para mel.

<b>Software Livre/Libre de Código Aberto (FLOSS)</b>	Trata-se de software para o qual o licenciado pode obter o código fonte, e é permitido modificar este código e redistribuir o software e as modificações.
<b>Soberania Alimentar</b>	O processo através do qual as pessoas que produzem, distribuem e consomem alimentos são capazes de controlar os mecanismos e políticas de produção e distribuição de alimentos.
<b>Globalização</b>	O processo de interação e integração entre pessoas, empresas, e governos de todo o mundo. É considerado por alguns como uma forma de expansão capitalista que implica a integração das economias locais e nacionais numa economia de mercado global e não regulamentada.
<b>Glocal</b>	Reflexo ou caracterizado por considerações tanto locais como globais
<b>Governança</b>	Os processos de interação e decisão entre os actores envolvidos num colectivo que conduzem à criação, reforço, ou reprodução de normas sociais.
<b>Modelo de mãos, cabeça e coração</b>	Uma abordagem holística do desenvolvimento da ecoliteracia. Relaciona o domínio cognitivo (cabeça) à reflexão crítica, o domínio afectivo (coração) ao conhecimento relacional e o domínio psicomotor (mãos) ao envolvimento
<b>Hierarquia de necessidades</b>	Uma teoria em psicologia proposta por Abraham Maslow. É um sistema de classificação piramidal que reflete as necessidades universais da sociedade como sua base e depois prossegue para emoções mais adquiridas.
<b>Inter-independência</b>	Uma rede de comunidades que estão unidas enquanto alimentam as suas distintas relações locais com a terra.
<b>The International Cooperative Alliance</b>	O responsável global da Declaração sobre a Identidade Cooperativa - os Valores e Princípios do movimento cooperativo.

<b>Pontos de Alavancagem</b>	Lugares dentro de um sistema complexo (como uma empresa, uma cidade, uma economia, um ser vivo, um ecossistema, uma biorregião) onde uma "pequena mudança numa coisa pode produzir grandes mudanças em tudo".
<b>Micélio</b>	Os micélios são uma rede subterrânea dinâmica de fungos que permitem o ciclo de nutrientes biológicos. O micélio social imita esta inteligência colectiva à escala humana com interconexões simbióticas que suportam o todo.
<b>Paradigma</b>	Um conjunto profundamente enraizado de crenças da sociedade sobre a forma como o mundo funciona.
<b>Abordagens baseadas em padrões</b>	Abordagens que identificam e categorizam os contextos e condições que tendem a melhorar as qualidades que se procuram, a fim de compreender a melhor forma de assegurar a expressão dessas qualidades.
<b>Privilégio</b>	Uma vantagem ou direito especial, não conquistado, utilizado em benefício próprio ou em detrimento de outros; muitas vezes, os grupos que dele beneficiam desconhecem-no. Estes grupos podem ser favorecidos com base na classe social, idade, nível de educação, deficiência, categoria étnica ou racial, género, identidade de género, orientação sexual e religião.
<b>Reconciliação</b>	O processo em que a crise do antigo paradigma está a alimentar a emergência de um novo paradigma. Uma rede de solidariedade global de comunidades enraizadas que estão lentamente empenhadas num diálogo intercultural contínuo, resultando numa sociedade global complexa, resiliente e consciente baseada na Terra.
<b>Regeneração</b>	O aumento da complexidade de um sistema enraizado num lugar.
<b>Processo de Design Regenerativo</b>	As comunidades concebem os seus modos de vida colaborativamente através de uma abordagem baseada na natureza.

<b>Economia Reprodutiva</b>	Em economia marxiana, a reprodução económica refere-se a processos recorrentes (ou cíclicos). Michel Aglietta vê a reprodução económica como o processo pelo qual as condições iniciais necessárias para que a atividade económica ocorra são constantemente recriadas.
<b>Resiliência</b>	A capacidade adaptativa de um sistema face ao choque externo, a sua capacidade de manter as suas funções básicas.
<b>Os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável</b>	Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma colecção de 17 objectivos globais concebidos para ser um projecto para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos. Os ODS destinam-se a ser alcançados até ao ano 2030.
<b>Mudança Simples</b>	Os ajustes de mudança ao status quo, podem ser projectáveis ou emergentes. A mudança projetável é aquela que é planeada de uma forma muito consciente, com objetivos e prazos específicos.
<b>Ecónomia Social Solidária</b>	A Economia Social e Solidária é um conjunto de medidas sócio-económicas formais ou informais, que podem ser individuais ou coletivas, que colocam a satisfação das necessidades das pessoas antes do lucro. São também independentes das autoridades públicas, orientadas por valores tais como equidade, solidariedade, sustentabilidade, participação, inclusão e compromisso com a comunidade. São também promotores de mudança social.
<b>Violência Estrutural</b>	Uma forma de violência em que alguma estrutura social ou instituição social pode prejudicar as pessoas, impedindo-as de satisfazer as suas necessidades básicas. O adultismo institucionalizado, o elitismo, o etnocentrismo, o nacionalismo, o especismo, o racismo e o sexismo são alguns exemplos.
<b>Syntagma</b>	O novo paradigma emergente.
<b>Crise sistémica</b>	A ruptura de vários dos sistemas que suportam a vida humana ao mesmo tempo, por exemplo a saúde ecossistémica, a economia, os sistemas de saúde, o emprego ou conjuntos de valores.

<b>Pensamento sistémico</b>	Uma abordagem holística da análise que se concentra na forma como as partes constituintes de um sistema se inter-relacionam e como os sistemas funcionam ao longo do tempo e dentro do contexto de sistemas maiores. A abordagem do pensamento sistémico contrasta com a análise tradicional, que estuda os sistemas decompondo-os nos seus elementos separados.
<b>Teoria X</b>	A visão mais comum do mundo "as pessoas são preguiçosas e não se importam". Representa sistemas hierárquicos tradicionais baseados no controlo.
<b>Teoria Y</b>	Representa um sistema organizacional baseado na confiança.
<b>Teoria Z</b>	Contempla a auto-realização e fomenta a nossa capacidade de adaptação e a resiliência das comunidades.
<b>Three Horizons model</b>	Um modelo que ajuda a trazer clareza a esta interconectividade através da complementaridade. Horizonte 1 é o padrão dominante, totalmente integrado com o meio envolvente. Horizonte 2 é uma zona em que a sociedade permite que se experimentem coisas novas. Horizonte 3 é trabalhar de forma criativa com o desconhecido.
<b>Contexto VUCA</b>	Uma compreensão das atuais circunstâncias globais como sendo voláteis, incertas, complexas e ambíguas.